



Anais da Assembléia

N. 147

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 02 DE DEZEMBRO DE 1987

ANO XLII

1.ª **SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA**
ATA DA 123.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 1.987

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Aníbal Khury e Lindolfo Júnior.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Aníbal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Alexandre Ceranto, Algacir Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Geremote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro, Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pirajá Ferreira, Qutelse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (51). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Acyr Mezzadri, David Cheriegate e Pedro Tonelli (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) -
Sob a proteção de Deus, iniciamos os
nossos trabalhos.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Sr.
Presidente, gostaria que fosse inserido,
nos Anais da Casa, o registro da presença
do ex-Vereador de Alto Piquiri, Sr. Ari
Mendes de Mello, e o atual Prefeito,
Sr. Luiz Carlos Barbosa, e o vice-Prefeito
de Maringá, Minor Yamamoto.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta
Presidência registra, com satisfação,
e agradece a lembrança de Vossa Excelência.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura
das atas das sessões anteriores, as

quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do
seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
em pleno uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para os Projetos de Lei
nºs 358/87 e 367/87, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ESPIRITUALISTA
LUZES DE ARUANDA e a SOCIEDADE FORÇA DA
NATUREZA.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirada a Emenda de sua autoria ao Projeto de
Lei nº 350/87, referente aos salários de
Procuradores.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia por 5 sessões o
Projeto de Lei Complementar nº 86/87.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia por 5 sessões o
Projeto de Lei nº 156/87.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
após ouvido o Plenário, respeitosamente
REQUER a realização de SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

RIA, para o dia 03.12.87, às 10:00 horas da manhã, destinada à apreciação das matérias em tramitação na Casa, em conformidade com o que dispõe o Art. 134, § 4º, V, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Pela presente, comunico a Vossa Excelência que me ausentarei do País no período compreendido entre 10 de janeiro a 10 de março de 1988, por conta própria, em missão cultural ao Oriente.

Reiterando os protestos de estima e consideração, subscrevo-me.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual, PAULINO DELAZERI, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa da Redação Final do Projeto de Lei nº 27/87, em 3ª Discussão, na Ordem do Dia de 02.12.87.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) PAULINO DELAZERI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão, na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Lei nº 320/87, que declara de Utilidade Pública o Centro Brasileiro dos Servidores Públicos e que se acha em Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 77/87, de sua autoria, que dá nova redação ao artigo 3º, da Lei nº 8.434, de 24 de dezembro de 1986, fixando o valor mensal das pensões especiais em (1) um salário-mínimo.

Sala das Sessões, em 02.12.87

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, RE-

QUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Chauszcz, ocorrido no dia 1º do corrente.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

No dia 1º do corrente, a sociedade de RIO AZUL, como de resto toda a região, recebeu entristecida a notícia do falecimento do Senhor Pedro Chauszcz, com a idade de 48 anos.

O passamento do Senhor Pedro Chauszcz veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

Deixa viúva Dona Judith e os filhos, Paulo Cezar e Sérgio Gilvani, bem como um neto.

Ficou um grande vazio na sociedade de Rio Azul, cuja população chora a morte de um de seus membros mais ilustres.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá ao Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família de Pedro Chauszcz, enviando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Ernesto Chaves, ocorrido dia 1º do corrente.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Aos 62 anos de idade, faleceu no último dia 1º, o Senhor Ernesto Chaves, membro de tradicional família de Rio Azul, deixando viúva Dona Maria de Lurdes e os filhos Cláudio e Joana, além de netos.

O passamento do Senhor Ernesto Chaves veio abrir enorme lacuna no seio da família bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Chaves, endereçando a ela voto de profundo pesar rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, registro em Ata de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Eros Rüpel Abdala, dando-se ciência à família, desse ato.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

O advogado Eros Abdala foi figura de destaque na Assembléia Legislativa do Paraná. Ocupando vários cargos da administração da Casa desde sua admissão, passou a ocupar o cargo de Diretor Administrativo em 1971 e assumindo, finalmente, o Cargo de Diretor Geral da Assembléia ao início de março de 1973 (dia 2), que ocupou até 1º de fevereiro de 1975, quando se aposentou do serviço público.

No exercício dos cargos de direção funcionou, também, como Procurador da Assembléia Legislativa - quando do Organograma do Poder não fazia parte nominal essa importante função.

Por sua participação no magno trabalho do Egrégio Poder Legislativo do Paraná, o Dr. Eros Rüppel Abdala soube, ao invejável conceito profissional e funcional conquistado, a amizade de tantos quantos privaram do seu convívio - dentro e fora desta Casa - merecendo a homenagem que propomos prestar-lhe o Legislativo paranaense por meio do presente requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Garret do Prado, pelo passamento da Senhora Zélia Garret do Prado, genitora do Cel. PM Aristides Garret do Prado, residente à Rua Alferezes Poli, 2196 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) RAUL LOPES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, e

com inserção em Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações dirigidas ao empresário paranaense Miguel Nasser Filho, por ocasião de sua posse na Presidência da Associação Brasileira das Indústrias de Sabão, em solenidade realizada no dia 02 de dezembro, do corrente ano, no Hotel Carlton, em Brasília.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) PIRAJÁ FERREIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado voto de congratulações a Senhora Jane Maria Leite, Dirigente/87, do Campeonato de Futebol de Pelada.

Outrossim, REQUER, ainda que da decisão da Mesa seja dado ciência a Senhora Jane Maria Leite.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento prende-se ao fato da brilhante participação da dirigente do XVIII Campeonato Paranaense de Futebol de Pelada, recebendo a Bola de Ouro, Dirigente/87, provando que a mulher está conquistando espaço dentro da sociedade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam inseridos, em Ata da presente sessão, votos de congratulações e manifestações de regozijo pela data que assinala, a 08 de dezembro próximo, as comemorações alusivas aos "75 Anos de Fundação" da "Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa", atribuídos à sua direção, nas pessoas dos Senhores Edmundo Giostri, Provedor; Ítalo Nápoli, vice-Provedor; César Roberto, Secretário; Salem Chamma, 2º Tesoureiro; Alfredo Thomé, Administrador, demais membros e funcionários.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dado ciência àquela direção. Av. Francisco Burzio, 774.

Sala das Sessões, em 02.12.87

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Na qualidade de representante de Ponta Grossa e da Região dos Campos Gerais neste Legislativo Estadual, não poderia este Parlamentar deixar de manifestar em nome de todo o povo pontagrossense o seu afeto por essa magna data em que uma das mais tradicionais casas hospitalares da região e do Estado, a Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, comemora seus "75 Anos

de Fundação", bem como expressar seu reconhecimento e gratidão pelos relevantes serviços prestados ao longo de sua existência, configurando-se, por isso, como entidade de significativa representatividade assistencial-filantrópica, prerrogativa que lhe confere o excelente conceito de que goza junto à comunidade princesina.

Fundada a 26 de julho de 1907 e inaugurada oficialmente a 08 de dezembro de 1912, a Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa investe-se, hoje, de toda infraestrutura, constituindo-se em centro de afluência de usuários da região dos Campos Gerais, aos quais presta atendimento hospitalar nas mais variadas especialidades médicas, inserindo-se pelo seu alto nível, em lugar de destaque e em perfeita integração à política de saúde preconizada, tornando-se, acima de tudo, num orgulho para o povo pontagrossense, méritos esses devidos ao trabalho, dedicação e, principalmente, ao espírito de perseverança daqueles que, com fé, fizeram desse honroso objetivo de bem servir a humanidade a sua missão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos de hoje votos de congratulações as Senhoras Hermíria Latreille e Diversina Topanotti, agraciadas, respectivamente, como Empresária Destaque e Personalidade Destaque, em promoção realizada pela Câmara Júnior de Dois Vizinhos-PR.

REQUER, também, que da decisão da Casa seja dado ciência às homenageadas, aos cuidados da Câmara Júnior, de Dois Vizinhos-PR.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

Anualmente, a Câmara Jr. de Dois Vizinhos, após consulta à comunidade, concede a personalidades locais os títulos de Empresário Destaque e Personalidade Destaque.

Neste ano, as duas pessoas agraciadas foram mulheres, o que demonstra o grau de maturidade e a inexistência de preconceitos por parte da comunidade duo-vizinhense.

Como Empresária Destaque foi escolhida a Senhora Hermíria Latreille, jovem e dinâmica empresária naquela progressista Cidade, pois com apenas 8 anos de atividade transformou uma pequena loja de confecções (Casas Latreille) numa próspera indústria

de vestuário, contando atualmente com 90 funcionários, constituindo-se para todos nós num exemplo de trabalho, denodo e dedicação.

Como Personalidade Destaque foi agraciada a Senhora Diversina Topanotti, uma incansável batalhadora em prol das pessoas menos favorecidas de Dois Vizinhos. Como voluntária do CCOS (Centro Comunitário de Obras Sociais), desenvolve uma atividade filantrópica e assistencial digna dos maiores elogios. Toda a sua atuação é voltada para o atendimento aos menores carentes e às gestantes sem recursos, que encontram em D. Diversina todo o apoio e solidariedade que a sociedade os negou.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja oficiado o Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a doação de um veículo Auto-Bomba Tanque e um Barco e Motor de Popa para o destacamento do Corpo de Bombeiros de Francisco Beltrão.

Solicita, também, sejam oficiados os Prefeitos Municipais, os Presidentes das Câmaras de Vereadores e os Presidentes dos Partidos Políticos dos municípios que compõem a Associação dos Municípios do Sudoeste Paranaense.

Sala das Sessões, em 02.12.87

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

A AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste Paranaense solicitou ao Senhor Secretário de Segurança Pública, através do Ofício nº 85/87, de 25 de novembro de 1987, a doação de um veículo Auto-Bomba Tanque e de um Barco e Motor de Popa ao destacamento do Corpo de Bombeiros de Francisco Beltrão-PR.

Esclarece o referido ofício que o destacamento de Francisco Beltrão atende 21 municípios do Sudoeste do Paraná, sendo que muitos destes municípios distam há mais de 100 quilômetros de Francisco Beltrão, o que dificulta sobremaneira os atendimentos de emergência nestes municípios mais distantes.

Esclarece, também, que o Barco e Motor de Popa que está sendo utilizado pelo destacamento não oferece as mínimas condições de segurança, agravando-se com o fato de ser utilizado nos serviços de busca e salvamento em 29 municípios do Sudoeste, mais o município de Palmas.

O Deputado que o presente subscreve, o no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, sejam oficiados o Senhor Presidente da República, o Ministro da Agricultura, todos os Deputados Federais e Senadores do Paraná, com ciência a todas as Associações de Suinocultores do Paraná, solicitando o imediato atendimento das reivindicações tiradas em Assembléia Geral Extraordinária, da Associação Municipal de Suinocultores de Dois Vizinhos-PR., no dia 17 de novembro de 1987.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Quando a suinocultura brasileira atravessa uma crise que está prestes a comemorar seu 1º aniversário, a Associação Municipal de Suinocultores de Dois Vizinhos-PR, realizou no dia 17 de novembro de 1987, uma Assembléia Geral Extraordinária, que contou com a presença das demais Associações de suinocultores do Sudoeste do Paraná e sindicatos de classe, onde foram tiradas as seguintes reivindicações:

1º PREÇO MÍNIMO

a) Correção imediata do preço mínimo de acordo com o custo de produção calculado pela EMBRAPA/CNPISA, correspondente ao mês de outubro

Custo fixo VLR. Cz\$ 10,60

Custo variável Cz\$ 40,15

Custo total Cz\$ 50,75/Kg.

b) Atualização mensal de acordo com a variação da OTN.

c) Atualização trimestral de acordo com a variação dos insumos.

2º ABASTECIMENTO DE MILHO

a) Garantir o fornecimento de milho com a venda direta aos produtores, sem limitação de rebanho, até a próxima safra, armazenando-o nas regiões consumidoras.

b) Reduzir o preço do milho de propriedade do governo, enquanto perdurar a crise na suinocultura.

3º FARELO DE SOJA

a) Garantir a formação de estoque através de contingenciamento, para suprimento das necessidades internas de consumo.

4º ISENÇÃO DE IMPOSTOS

a) À maioria dos insumos utilizados na criação de suínos: farelo de soja, produtos veterinários, aminas, sais minerais são tributados.

b) O criador quando da venda de seus animais, pode usar esta tributação como crédito presumido, caracterizando bi-tributação.

c) Sugere a isenção da tributação estadual e interestadual, ou a criação de

crédito presumido que deverá constar na nota fiscal quando da venda do suíno pelo produtor.

5º AQUISIÇÃO DE CARNE

a) Aquisição imediata de 20.000 toneladas de carne suína pela COBAL, conforme promessa do Ministro Iris Resende.

6º CONTROLE PELO CIP

a) Controle pelo CIP dos insumos utilizados na suinocultura.

7º REPÚDIO À TELEVISÃO

a) Repúdio a certos canais de TV, que estão dando espaço a indústria de carne e não aos produtores, tentando jogar o consumidor contra o produtor.

8º ADVERTÊNCIA

a) O atual movimento tem caráter de advertência, se a situação não for resolvida, a paralisação será por tempo indeterminado.

O imediato atendimento destas reivindicações, é a única maneira de se evitar a completa desativação desta importante atividade econômica, pois os produtores dos Estados do Sul, desiludidos com a atividade, reduziram seus plantéis em mais de 100 mil reprodutores, o que representará uma diminuição de mais de 1 milhão 500 mil animais para abate no próximo ano.

Face a situação desesperadora, os suinocultores da região Sul desencadearam um boicote, recusando-se a comercializar seus animais, entendendo que esta medida extrema seja a única forma de sensibilizar as autoridades ligadas ao setor.

Por representarmos uma região que tem na suinocultura uma de suas principais atividades, solidarizamos-nos com o boicote promovido pelos produtores, bem como, com qualquer outra medida que venha a ser por eles tomada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Senhor Paulo Borges de Medeiros, Prefeito do Município de Rondon, com votos de felicitações pela passagem de aniversário do Município, comemorado no dia 03 de dezembro corrente.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que

seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Doutor Luiz Carlos Borges da Silveira, solicitando a instalação de três Postos de Saúde em Itapejara D'Oeste-PR, nas localidades de Ipiranga, Salto Grande e Lajeado Bonito, bem como no Município de São João-PR, em localidades a serem definidas de acordo com as prioridades locais, a serem apontadas.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

É imperativo, às condições do bem-estar social dessas localidades, que o Poder Público determine a implantação, com urgência, dos Postos de Saúde que se reivindicam.

A flagrante insuficiência que se abate sobre este setor social, clama uma solução urgente, justificável pela absoluta ausência de um órgão de saúde pública que atenda as necessidades dessas populações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Senhor Governador Álvaro Dias, para que intervenha junto ao Ministro dos Transportes no sentido de que no trecho rodoviário Curitiba - Garuva, BR-376, Rodovia da Morte, seja proibido o tráfego de caminhões em finais de semana e feriados.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) PAULO FURIATTI

JUSTIFICATIVA:

Há vários anos, o trecho rodoviário que liga Curitiba-Garuva, BR-376, vem matando inúmeras pessoas. Devido a má conservação e a um número limitado de pessoal que faz o policiamento da referida, cada dia que passa, mais e mais pessoas perdem suas vidas estupidamente.

Nestes últimos anos, a maior incidência de morte se dá em virtude da imprudência de determinados motoristas de caminhões, que em locais de extremo perigo, forçam ultrapassagens, estacionam com seus veículos em locais proibidos, em suma, colocam em constante risco as vidas de usuários da BR-376.

Face ao exposto, requer o envio de ofício ao Senhor Governador Álvaro Dias, para que interceda junto ao Ministro José Reinaldo Tavares, solicitando que seja proibido o tráfego de caminhões no trecho Curitiba-Garuva, apenas nos finais de semana e feriados, objetivando com isso, a diminuição de acidentes rodoviários, e por consequência, salvando inúmeras vidas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Doutor Luiz Carlos Hauly, reivindicando a isenção de ICM sobre o leite nas operações de vendas interestaduais.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Nacional da Política Fazendária deixou ao critério das Secretarias de Estado da Fazenda determinarem os aspectos e a extensão dos efeitos tributários sobre o leite.

No Paraná, o Governo do Estado determinou a isenção dentro dos seus limites de território, mantendo, outrossim, a alíquota de 12% nas operações interestaduais.

Particularmente na Região Sudoeste do Estado, as Cooperativas de Laticínios com largo lastro de comércio na Região Oeste de Santa Catarina, vem encontrando grandes dificuldades de manterem-se na disputa do mercado. De outro lado, as Cooperativas e Empresas de Laticínios do Oeste de Santa Catarina, assistidas pela isenção fiscal nessas operações, tem restringido o mercado das cooperativas paranaenses, dificultando-lhes, e muito, a operacionalidade de setor, sem discutir os prejuízos que vem amargando.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de dois trevos na BR- 369, no Município de Jandaia do Sul. Um deles para facilitar o acesso dos veículos que vêm do sentido de Apucarana, e o outro trevo na entrada central de Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO.

JUSTIFICATIVA:

A BR- 369, é uma Rodovia de grande movimento e o expressivo desenvolvimento daquela região, bem como as inúmeras dificuldades de acesso dos veículos nos mencionados locais, tornam necessária a construção dos referidos trevos, que além de evitar os frequentes acidentes, contribuirão na expansão e melhoria do sistema viário paranaense, possibilitando o pleno desenvolvimento da região do Vale do Ivaí. Por tratar-se, sem dúvida alguma, de importante reivindicação, aguardamos o pronto atendimento desta Pasta.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Rubens Bueno, DD. Secretário do Trabalho e da Ação Social do Estado do Paraná, solicitando a viabilidade de doação de uma ambulância ao Sindicato Rural de Manoel Ribas.

Embora atualmente a população de Manoel Ribas seja de aproximadamente 19 mil habitantes, o Município não conta com veículo para transporte de doentes a locais que possam prestar atendimento adequado, ficando na dependência da boa vontade das pessoas da comunidade, e nem sempre dispõe de veículo em condições mínimas, para transporte de um acidentado.

A nossa solicitação, como se percebe, é das mais justas e viria amenizar a dor de muitos e equipar a nossa comunidade com os recursos para o bom atendimento às pessoas carentes.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, solicitando a pavimentação da estrada que liga o Distrito de Bragantina (Município de Assis Chateaubriand) ao Distrito de Vila Nova (Município de Toledo).

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Com a pavimentação dessa Estrada a ligação do Município de Assis Chateaubriand com os municípios de Marechal Cândido Rondon, Palotina e Terra Roxa ficará diminuída em aproximadamente 15 quilômetros, além de ligar em definitivo o maior Distrito de Assis (Bragantina) com um dos mais expressivos distritos toledanos (Vila Nova).

Além disso, a pavimentação não só facilitará o deslocamento da população local, como também será um fator de estímulo para o desenvolvimento regional pois significará maior economia e facilidade para o escoamento da produção agrícola.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Doutor Heinz

Georg Herwig, e ao lustríssimo Senhor Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem- DER-PR, Doutor Antônio Correia Ribas, solicitando o calçamento com pedras irregulares, nos trechos abaixo discriminados, no Município de Itapejara D' Oeste:

- Coxilha Rica a Boa Esperança-3km
- BR-566 a Vila São João- 5km
- Ponte do Vitorino a Salto Grande-9km
- Lageado bonito a Volta Grande-5 km
- Palmeirinha a Balsa do Chopim-9 km
- Ponte da Santana a Volta Grande-3 km
- Linha Escramucir a São Miguel- 3 km
- Linha Escramucir a Balsa Carlink-5km

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

As dificuldades que a Administração Municipal vem encontrando para a manutenção das estradas referidas, como os elevados benefícios que a população dessas localidades poderá auferir da realização do calçamento, inquestionavelmente significarão um avanço considerável para o desenvolvimento e bem-estar social das comunidades a serem servidas. A opção pelo calçamento através de pedras irregulares, cinge-se ao baixo custo e ao objetivo de proporcionar serviço à mão-de-obra menos qualificada, disponível nesta quadra.

A reivindicação dessas comunidades é antiga e merece ser considerada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio à CEASA solicitando a implantação do Projeto de Compras Comunitárias nos Municípios de Iporã a Terra Roxa.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ministro da Fazenda, Senhor Bresser Pereira, e ao Presidente da CFP, Senhor Luiz Norberto Ratto, solicitando reconsideração à intenção de impor o confisco sobre as exportações de soja e algodão.

Requer, ainda, seja dado ciência da decisão da Casa, a OCEPAR e FAEP.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

O Paraná, maior produtor nacional, vai colher na safra 87/88, a persistirem as condições climáticas favoráveis, 4,5 milhões de toneladas de soja e aproximadamente 870 mil toneladas de algodão, este

último, 15 por cento a mais na safra passada. Não seria justo que, agora, quando o produtor tem oportunidade de se recuperar das sucessivas frustrações, o Estado, numa manobra inoportuna, venha a se apropriar de uma parcela de ganho que o sojicultor poderá obter este ano. Da mesma forma, não é justo que, novamente, as regras do jogo venham a ser mudadas quando o produtor já implantou sua lavoura. Agindo assim, o Governo fuge aos princípios democráticos tolhendo o direito ao produtor de escolher a atividade que lhe convém.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Mario Antônio Lopes, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando-lhe a criação da Comarca de Borrazópolis.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

JUSTIFICATIVA:

A medida aqui proposta visa modificar a situação difícil existente na Comunidade da região de Borrazópolis, que necessita ir ao Município de Faxinal, criado pela Lei nº 790, datada de 14.11.51, para resolver seus assuntos judiciais e extrajudiciais, sendo a tramitação destes, bastante morosa.

Tal situação em muito dificulta a vida dos residentes daquela localidade. E a proposição aqui defendida, se aprovada, levará tranquilidade e comodidade para os seus habitantes, facilitando as suas vidas campestres.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao ilustríssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para o Albergue Santa Amélia, localizado na cidade de Goioerê.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Albergue Santa Amélia desenvolve trabalho de atendimento às pessoas carentes daquela cidade e região. A qualidade dos serviços prestados pelo albergue podem ser classificados como exemplares. Entretanto, por razões de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. César Benevides, MD Diretor Superintendente da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para o Albergue Santa Amélia, localizado na cidade de Goioerê.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Albergue Santa Amélia é uma entidade assistencial que atende pessoas carentes de Goioerê e cidades da região. Diante da escalada dos índices inflacionários, responsáveis pela defasagem orçamentária, o albergue necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto plenário desta Casa, REQUER envio de ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Mário Lopes, solicitando que seja incluída, na próxima proposta do Judiciário ao Executivo, a criação do Distrito Judiciário de Mauá da Serra, no Município e Comarca de Marilândia do Sul, que possui uma população superior a seis mil habitantes.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. Camilo Calazans de Magalhães, DD. Presidente do Banco do Brasil S/A., Sebastião Rodrigues Souza Júnior, Diretor do Crédito Rural e Genoir Geraldo Basso, Superintendente Regional para o Paraná, do referido Banco, solicitando que autorizem o funcionamento de uma Seção Externa do Banco, na cidade de Barra do Jacaré.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) HERMAS BRANDÃO.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Barra do Jacaré, essencialmente agrícola, é grande produtor de cereais e algodão, por isso precisa da presença do Banco do Brasil para poder fortalecer a sua economia, onde só existe uma agência do BANESTADO.

O acesso ao crédito junto ao Banco dará condições para a solidificação do comércio em geral e fará com que, no futuro, os benefícios alcançados com a presença do Banco do Brasil naquele município, sirvam para promover o progresso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. Camilo Calazans de Magalhães, DD. Presidente do Banco do Brasil S/A., Sebastião Rodrigues Souza Júnior, Diretor do Crédito Rural e Genoir Geraldo Basso, Superintendente Regional para o Paraná, do referido Banco, solicitando que autorizem o funcionamento de uma Seção Externa do Banco, na cidade de Santa Amélia.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) HERMAS BRANDÃO.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação é feita em razão de existir no Município apenas o BANESTADO, o que não é suficiente para o atendimento de toda a população, porquanto os recursos alocados ao BANESTADO estão muito aquém das reais necessidades dos setores mais diversos da economia.

Santa Amélia, um município essencialmente agrícola, com 400 propriedades, agricultura diversificada, terá um grande impulso com a presença e o apoio do Banco do Brasil, visto que a agência mais próxima do referido Banco localiza-se na cidade de Bandeirantes, distante aproximadamente 20 quilômetros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Osmar Dias, DD. Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, solicitando estudos para a viabilidade de implantação de um convênio com o Sindicato Rural de Manoel Ribas, para melhoria do programa de inseminação artificial em bovinos, no Município de Manoel Ribas.

Tal solicitação justifica-se plenamente tendo em vista já existir veterinário contratado pelo referido Sindicato, em condições técnicas para realizar tal trabalho, mas necessitando do material que é composto de um botijão completo e veículo para locomoção do mesmo.

Assim poderemos melhorar o plantel, especificamente do gado leiteiro, dando com isto condições de melhoria de vida ao pequeno e médio produtor, que nem sempre tem condições de adquirir um animal de bom padrão genético.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor, DD. Secretário de Estado da Educação, solicitando a viabilidade de implantação de uma extensão da Universidade Estadual de Maringá, em Astorga, que inicialmente funcionaria no prédio do antigo Seminário e na qual poderiam ser ministrados cursos das áreas de Ciências Contábeis, Administração de Empresas e Processamento de Dados.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Delcino Tavares da Silva, DD. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social do Estado do Paraná, solicitando a viabilidade de doação de uma ambulância para o município de Manoel Ribas.

Tal solicitação justifica-se plenamente tendo em vista que o município de Manoel Ribas conta hoje com uma população aproximada de 19 mil habitantes, não contando com um veículo para transporte de doentes para locais que possam prestar atendimento adequado em casos de emergência, ficando na dependência da boa vontade das pessoas da comunidade.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Ilustríssimo Sr. Odeni Villaca Mongruel, Diretor-Presidente da Companhia de Habitação do Paraná, solicitando que viabilize a construção de 150 casas populares no Distrito de Ventania, Município de Tibagi, através do Projeto Mutirão.

Sala das Sessões em 02.12.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

JUSTIFICATIVA:

Não há como se fugir de afirmar que habitação, para os setores de menor poder aquisitivo, só será obtida em níveis aceitáveis de dignidade, se houver a disposição do Estado em subsidiá-la.

Além de ser um direito, a habitação é uma das necessidades básicas do cidadão, ao lado da alimentação, transporte, educação e saúde.

No caso específico do Distrito de Ventania, estas casas afastariam a ameaça de êxodo rural que paira sobre aquela comuni-

dade, servindo aos bóias-frias e sem-terras.

O Distrito de Ventania produz quantidade considerável de soja, arroz, feijão, trigo, dentre outras culturas, além de desenvolver atividades pecuárias.

Muitas das pessoas que trabalham nestas lavouras não moram em habitações dignas.

A construção de 150 casas populares, além de melhorar-lhes as condições de vida, os estimularia a permanecer no campo e produzir através da agricultura, exercendo a sua vocação e formação agrícola, favorecendo-os e ao Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, pedido de informações para esclarecer a situação e trâmite dos processos de indenização da Rodovia PR-444, no trecho de Mandaguari - Arapongas.

Sala das Sessões em 02.12.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido de informações baseia-se nas reivindicações dos proprietários de chácaras e propriedades rurais, que foram atingidos pela PR-444.

Segundo os mesmos, havia sido feito um acordo amigável entre eles e a Secretaria dos Transportes, e todas as indenizações seriam pagas até o final do mês de maio/87. Entretanto, muitos deles ainda não receberam as devidas indenizações, motivo pelo qual formulamos este pedido.

Conscientes das dificuldades daqueles moradores, esperamos que esta pasta determine a imediata avaliação do assunto, adotando as medidas necessárias para a aceleração e quitação das indenizações em questão.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 95/87

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º - É instituída a "Medalha do Conservacionista", destinada a homenagear, no Estado do Paraná, aos que tenham se destacado por relevante participação na defesa do Meio Ambiente.

Art. 2.º - Os Deputados farão as indicações das pessoas a serem agraciadas com a "Medalha do Conservacionista" através de proposição dirigida à Mesa da Assembléia Legislativa do Estado.

Parágrafo Único. A indicação será en-

caminhada a exame da Comissão Permanente competente, para estudar a defesa do Meio Ambiente, a qual opinará pela apresentação ou não, de projeto de resolução.

Art. 3.º - A medalha de que trata o artigo 1.º será entregue anualmente, no transcurso da SEMANA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, em cerimônia presidida pelo Presidente da Assembléia Legislativa.

Art. 4.º - Os agraciados com a "Medalha do Conservacionista", com seus dados biográficos, motivo da concessão e outros elementos considerados convenientes, serão registrados no "Livro do Mérito Conservacionista".

Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

O Criador fez a terra e a entregou ao homem para que este a habitasse, administrando-a e conservando-a de forma a que todos os seres vivos, através das gerações, tivessem o direito de nela viver humanamente.

A falta de respeito para com o ambiente em que vive, a falta de amor ao próximo, tornou o homem o maior predador da Natureza. Hoje vivemos num mundo em que, anualmente, seis milhões de hectares de terra produtiva se convertem em deserto; em que o desflorestamento está gradativamente aquecendo o Planeta, ameaçando, dentro de poucos anos, elevar o nível dos mares, provocando a inundação das cidades costeiras e destruir as economias nacionais. Os rios estão sendo poluídos, e também os mares, destruindo-se suas riquezas, que amanhã poderiam matar a fome do homem.

O mundo, que tem hoje 5 milhões de habitantes, terá que alimentar, antes de um século, a uma cifra que oscila entre os 8 e os 14 milhões de seres. E destes, cerca de 90 por cento nascerão em países pobres, como o Brasil.

As perspectivas dramáticas que se vislumbram para uma humanidade faminta, só poderão mudar se o homem se conscientizar da necessidade de preservar o meio ambiente e de voltar a ser gente, e não máquina consumista.

A todos nós cabe a responsabilidade de administrar o patrimônio representado por todos os elementos constitutivos do meio-ambiente. A todos nós cabe defender a flora e a fauna silvestre. A todos nós cabe lutar para modificar e criar novas atitudes. Para fazer com que o ser humano abandone velhos padrões de pensamento e ações e busque novas soluções para os problemas ambientais.

E a nós, legítimos representantes do

povo, cabe maior responsabilidade neste processo. Razão pela qual apresentamos o presente projeto de resolução, para expressar de forma clara e objetiva o reconhecimento da comunidade paranaense às pessoas que hajam se destacado por sua excepcional atuação na preservação do meio ambiente.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 370/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a permutar o imóvel localizado na quadra n° 11-A, da Planta da Cidade de Londrina, medindo 1.959,48m² (hum mil novecentos e cinquenta e nove metros quadrados e cinquenta e oito centímetros), com as benfeitorias nele existentes, pelos imóveis de propriedade do Município de Londrina, desafetos de uso comum do povo e/ou especial pela Lei Municipal n° 4.011, de 04 de novembro de 1987, a seguir descritos:

"Área B, destacada da área de 8.018,75 m² e de parte da Rua Argolo Ferrão, situada no Jardim Europa, subdivisão do lote 110-A, da Gleba Patrimônio Londrina, havida em maior porção, por escritura pública de doação transcrita sob n° 7.894, no Cartório de Registro de Imóveis do 2° Ofício, desta Comarca, dentro das seguintes divisas e confrontações: "Principalmente no alinhamento predial norte da Rua Almirante Barroso, ponto comum de divisa com a data 12, da quadra 4, do Jardim Europa; deste ponto segue confrontando com as datas 10 e 12, da quadra 4, do Jardim Europa, no rumo SE 0°01'39''NW, na extensão de 105,00m; deste ponto segue confrontando com a Rua Argolo Ferrão, no rumo SW 89°57'40''NE, na extensão de 2,98m, e ainda em concordância de curva com desenvolvimento de 5,87m e raio de 10,28m, desenvolvimento de 19,90 e raio de 10,00m; deste ponto segue confrontado com o lote 113, da Gleba Patrimônio Londrina, no rumo SW 89°57'40''NE, na extensão de 30,55m, onde atinge a margem direita do leito antigo do Córrego das Pombas; descendo o referido córrego pela sua margem, até atingir o alinhamento predial da Rua Almirante Barroso; por este alinhamento, em concordância de curva com desenvolvimento de 10,50m e raio de 38,73m, e ainda no rumo NE 89°58'43''SW, na extensão de 14,20m, onde atinge o ponto inicial, fechando uma área de 3.773,09m²."

"Área A, medindo 2.323,23m², destacada da área de fundo de vale (Parque) do Jardim Santos Dumont, destinada ao Município em função de loteamento, pendente de domínio, dentro das seguintes divisas e con-

frontações: "Principiando no alinhamento predial da Avenida Dez de Dezembro ponto comum de divisa com o lote 113, da Gleba Patrimônio Londrina; deste ponto segue pelo alinhamento predial da Avenida Dez de Dezembro, no rumo NE 7°28'00''SW, na extensão de 69,14m, e em concordância de curva de esquina, com desenvolvimento de 50,72m e raio de 38,73m, onde atinge a margem esquerda do Córrego das Pombas; deste ponto segue pela referida margem à montante, até a divisa com o lote 113, da Gleba Patrimônio Londrina, e por essa divisa com o lote 113, da Gleba Patrimônio Londrina, e por essa divisa, no rumo SW 89°57'40''NE, na extensão de 12,10m, onde atinge o ponto inicial, fechando uma área de 2.323,23m²."

"Área de terras medindo 16.130,40m², denominada de lote 2-B/C/E, resultado da anexação, com nova subdivisão do lote "C", destacado do lote 02, lote 2-B, destacado do remanescente do lote 02, ambos da Gleba Cafezal, lote 2-E, da quadra 1, do Jardim Del Rei, e área 1, destinada à Praça do Jardim Acapulco, havidas, em parte, pelo Município, por escrituras registradas sob n. 1/10.450, 1/17.453, e transcrição n° 30.383, do Cartório de Registro de Imóveis do 1° Ofício, desta Comarca, assim descrita: "Principiando no alinhamento predial norte da Rua Maria da Glória Barroso Casarin, ponto comum de divisa com a data 18, da quadra 1, do Jardim Del Rei, subdivisão do lote 02, da Gleba Cafezal; deste ponto segue por esse alinhamento no rumo 77°59'49''SW, na extensão de 94,00m, e ainda, em concordância de curva de esquina com desenvolvimento de 9,42m e raio de 6,00m; deste ponto segue pelo alinhamento predial leste da Rua Maria Vidal da Silva, no rumo 12°00'11''NW, na extensão de 155,53m, deste ponto segue confrontando com o remanescente do lote 2-B/C/E, da Gleba Cafezal, no rumo 77°59'49''NE, na extensão 58,72m e no rumo 78°18'NE, na extensão de 43,22m, deste ponto segue confrontando com o lote "B", destacado da subdivisão do remanescente do lote 02, da Gleba Cafezal, no rumo 0°30'30''SE, na extensão de 10,193m; deste ponto segue confrontando com o lote 2-A e datas 13 a 18, da quadra 1, do Jardim Del Rei, no rumo 12°00'11''SE, na extensão de 151,11m, onde atinge o ponto inicial, fechando uma área de 16.130,40m²."

Parágrafo Único - A permuta se dará pela forma hábil e mediante prévia avaliação.

Art. 2° - A diferença de valores que se verificar a favor do Estado, em função da permuta de que trata esta Lei, será amortizada pelo Município de Londrina com a execução de serviços de terraplenagem, pavimentação ou infra-estrutura de atendimento aos imóveis descritos no artigo 1°

desta Lei, que passam a pertencer ao Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A diferença de valores de que trata este artigo, será atualizada à época da execução dos serviços, que serão executados a preços de mercado.

Art. 3º - Nos imóveis descritos no artigo 1º desta Lei, que passam a pertencer ao Estado do Paraná, o Poder Executivo fará construir um Distrito Policial, Sede Administrativa, Carceragem, Instituto Médico Legal, Setor de Identificação e demais serviços correlatos.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI e

HOMERO OGUIDO

JUSTIFICATIVA:

A medida que estamos propondo visa autorizar o Poder Executivo a permutar imóvel de sua propriedade por imóveis de propriedade do Município de Londrina, desafetos de uso comum do povo e/ou especial.

Os imóveis que passarão ao domínio de Estado deverão ser destinados à construção de um Distrito Policial, Sede Administrativa, Carceragem, Instituto Médico Legal, Setor de Identificação, e demais serviços correlatos.

Em função da importância e do significado da destinação dos referidos imóveis, confiamos contar com o inestimável apoio dos nobres pares.

PROJETO DE LEI Nº 371/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - O Governo do Estado do Paraná, através da administração direta ou indireta, somente poderá contratar serviços de agências de propaganda com sede no Paraná e que não estejam ligadas a anunciantes ou a veículos de comunicação e que apresentem o registro de filiação ao sindicato da categoria.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

As agências de propaganda paranaense estão em condições técnicas e científicas de realizar trabalhos em nível de aceitação nacional, acrescentando-se ainda o fato de que elas pagam impostos aqui, dão empregos aqui e promovem o desenvolvimento local.

Atualmente existem 102 agências regularmente filiadas a este Sindicato, número mais que suficiente para prestar os serviços de que a administração do Estado do

Paraná carece.

PROJETO DE LEI Nº 372/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Jornalista Nelson Comel.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.11.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação em pauta se apoia na riquíssima atuação do Jornalista e Radialista Nelson Comel, gaúcho de Guaporé, o qual adotou Curitiba como sua cidade desde 1944. Cursando a Faculdade de Medicina até o 3º ano, descobriu no Jornalismo, a sua real vocação, atuando desde 1950 pelos mais diversos órgãos de comunicação, como: Paraná Esportivo, Gazeta do Povo, Última Hora, Jornal de Curitiba, Tribuna de Curitiba, Rádio Colombo, Rádio B2, Rádio Colégio Estadual, Televisão Canal 04. Foi Presidente da Federação de Esporte Universitária; idealizador de várias promoções, tais como: 6 Horas de Curitiba - Automobilismo, Gincana Infante Juvenil, Corrida dos Garçons, Campeonato de Ciclismo dos Bairros, Campeonato Popular de Volley-Boll e já o tradicional Campeonato Paranaense de Futebol de Pelada que este ano contou com a participação de 353 equipes, envolvendo e unindo milhares de pessoas.

PROJETO DE LEI Nº 373/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - As pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, sempre que se deslocarem em viagem intermunicipal, para fins de estudos, exames e consultas médicas, gozarão do benefício do transporte coletivo gratuito.

Parágrafo Único - Usufruirá, também, do direito à passagem gratuita, um acompanhante do excepcional.

Art. 2º - A comprovação da condição para gozar do benefício previsto no artigo primeiro, será feita através dos centros de atendimento a excepcionais, que expedirão atestado, assinado por um médico.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo alcançar a pessoa do deficiente físico, sensorial ou mental.

Ao longo da nossa vida de profissional da comunicação e da nossa vida pública, temos constatado as dificuldades que surgem nos caminhos das pessoas excepcionais, que necessitam deslocar-se para outros municípios e, principalmente, para a Capital do Estado, a fim de procederem consultas médicas e exames clínicos, assim como realizarem estudos e aprendizados necessários e pertinentes ao seu estado físico, de acordo com as condições de deficiência que possuem.

Isto, muitas e muitas vezes, é dificultado pelas condições financeiras da família do deficiente, que não pode arcar com os valores das passagens para atender a estas necessidades desse membro da família. E, com base nisto, ocorre frequentemente não se verem diminuídos os problemas que envolvem o excepcional, ocasionando, até mesmo, o agravamento de seu estado, por não possuir condições adequadas ao deslocamento em busca de possíveis soluções para os seus problemas.

E evidente que este benefício seria concedido ao deficiente e ao acompanhante, à luz do atestado que a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais, ou de outros centros de atendimento a excepcionais, forneceria, com a assinatura de um médico, favorecendo aqueles que realmente precisem desta vantagem, com a nossa certeza de que as famílias abastadas deixarão de utilizar o benefício em prol das famílias que possuem menos condições financeiras.

Em razão de entendermos o presente Projeto de Lei como de caráter social relevante, voltado a uma camada da sociedade que precisa de nosso apoio e acompanhamento, é que o estamos apresentando à douta Mesa desta Casa de Leis, para que siga os caminhos regimentais e possa ir à sanção governamental.

PROJETO DE LEI N° 374/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - A implantação de instalações industriais para a produção de energia nuclear no Estado do Paraná dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa, bem como de resultado de plebiscito realizado junto à população eleitoral do Estado.

Art. 2° - A autorização da Assembléia Legislativa consistirá no primeiro procedimento do processo.

Parágrafo Único - Ocorrendo a rejeição desta autorização por parte do Poder Legislativo Estadual, ficará automaticamente dispensada a realização do plebiscito.

Art. 3° - Em caso de aprovação, por parte da Assembléia Legislativa, proceder-se-á à consulta referendária prevista no artigo 1° desta lei.

Parágrafo Único - A consulta referendária consistirá no voto direto e secreto, estando habilitado a participar todas as pessoas legalmente cadastradas no Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 4° - A rejeição, por maioria simples do eleitorado, acarretará a nulidade da decisão legislativa.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Os acidentes de Three Miles Island, nos Estados Unidos, da Usina de Chernobil, na União Soviética, o "susto" provocado por Angra dos Reis e agora, a tragédia provocada por uma simples cápsula de Césio-137, no Estado de Goiás, serviram para alertar a todos quanto às ameaças que corre a humanidade frente à insensatez da corrida armamentista. É necessário freá-la, dotá-la de bom senso - e isto será possível concedendo-se à comunidade o direito de se manifestar a respeito da mesma, dizendo se aceita ou não a implantação de instalações industriais para a produção de energia nuclear.

O instituto do plebiscito se constitui em manifestação indiscutível da democracia, que tem alcançado resultados memoráveis ao longo da História. A ele recorremos em vista do cunho intensamente social e humanitário deste nosso projeto.

Além de seu alto grau de humanitarismo e de defesa dos direitos do povo paranaense, é preciso que se ressalte a flagrante constitucionalidade do presente projeto de lei. Seria este inconstitucional se a matéria de sua análise fosse a "energia" em si, porque aí esbarraria no artigo 8° da Constituição Federal, item XVIII, "I", que reserva à União a competência exclusiva para legislar a respeito de "águas, telecomunicações, serviço postal e energia (elétrica, térmica, nuclear ou qualquer outra)". Todavia, nosso projeto de lei não tem esta pretensão. Trata apenas de regular o processo administrativo da implantação de instalações industriais de energia nuclear no Paraná. Logo, a matéria de que trata, não é energética. Mas o é, isto sim, econômica e, acima de tudo, administrativa.

Nesse caso, conforme inclusive explicita o mesmo artigo 8° da Constituição, em seu parágrafo único, existe a competência supletiva do Estado para legislar sobre a matéria. Verifica-se no dispositivo cita-

do, que o Estado tem competência para legislar a respeito de "saúde" e "produção e consumo". Sobre estas matérias incide o presente projeto, sendo, portanto, inteiramente constitucional.

A medida, sem dúvida alguma, virá contribuir para preservar a vida do homem na Terra, mantendo-se a sua constituição conforme a recebeu do Criador.

375
PROJETO DE LEI N. 375/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DOS BAIROS JARDIM CASTELO E PARQUE SÃO PEDRO, no Município de Sarandi.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública tem prestando relevantes e inestimáveis serviços nas comunidades dos bairros Jardim Castelo e Parque São Pedro, estando a mesma com seus estatutos e a ata das eleições de sua diretoria devidamente registrados em cartório daquele município.

PROJETO DE LEI N. 376/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Samuel Silveira.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

É nossa intenção, através do presente Projeto de Lei, prestar uma justa homenagem ao homem que sempre trabalhou para o engrandecimento do Paraná no setor das comunicações.

O curriculum que apresentamos em anexo vem comprovar decididamente a real necessidade de se prestar tal homenagem ao desbravador da radiofonia maringense e de grande parte do Norte do Paraná, razão pela qual solicitamos aos nobres pares o devido apoio para o presente Projeto, como também sua posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N. 377/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO CULTURAL CENTRO FISIOLÓGICO "DELFO", com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

É meritório, elogiável e digno de respeito o trabalho desenvolvido pela ASSOCIAÇÃO CULTURAL CENTRO FILOSÓFICO "DELFO", que preocupa-se em incentivar e difundir atividades culturais e filosóficas. Suas atividades buscam despertar a criatividade e a iniciativa criadora de todos aqueles que se interessam por arte, cultura e estudos fisiológicos.

Num País como o Brasil, onde os Órgãos Culturais, em sua maioria, são vinculados ao Estado e por ele tutelados, é importante saber que existem entidades de iniciativa privada que enfrentando toda sorte de dificuldade, contribuem para melhorar o nível cultural de nossa gente. Acresce a esta iniciativa, o idealismo e o desprendimento de um grupo de abnegados que sem medir esforços desempenham uma tarefa louvável, digna de nossa admiração e respeito.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Senhor Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou dando entrada à Mesa desta Casa, de três projetos, que nasceram evidentemente através de um estudo e de solicitação feita por uma boa parcela da população curitibana, bastante preocupada com o que vem acontecendo no Brasil e especialmente em Goiânia.

Um dos Projetos regula o processo administrativo para a implantação de instalação industrial de energia nuclear, no Estado do Paraná. (Lê):

"Art. 1º - A implantação de instalações industriais para a produção de energia nuclear, no Estado do Paraná, dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa, bem como de resultado de plebiscito realizado junto à população eleitora do Estado.

Art. 2º - A autorização da Assembléia Legislativa consistirá no primeiro procedimento do processo.

Parágrafo Único - Ocorrendo a rejeição desta autorização, por parte do Poder Legislativo Estadual, ficará automaticamente dispensada a realização do plebiscito.

Art. 3º - Em caso de aprovação, por parte da Assembléia Legislativa, proceder-

-se-á à consulta referendária prevista no artigo 1º desta lei.

Parágrafo Único - A consulta referendária consistirá no voto direto e secreto, estando habilitado a participar todas as pessoas legalmente cadastradas no Tribunal Regional Eleitoral.

JUSTIFICATIVA:

Os acidentes de Three Miles Island, nos Estados Unidos, da Usina de Chernobil, na União Soviética, o "susto" provocado por Angra dos Reis e agora, a tragédia provocada por uma simples cápsula de Césio-137, no Estado de Goiás, serviram para alertar a todos quanto as ameaças que corre a humanidade frente à insensatez da corrida armamentista. É necessário freá-la, dotá-la de bom senso - e isto - será possível concedendo-se à comunidade o direito de se manifestar a respeito da mesma, dizendo se aceita ou não a implantação de instalações industriais para a produção de energia nuclear.

O instituto do plebiscito se constitui em manifestação indiscutível da democracia, que tem alcançado resultados memoráveis ao longo da História. A ele recorremos em vista do cunho intensamente social e humanitário deste nosso projeto.

Além de seu alto grau de humanitarismo e de defesa dos direitos do povo paranaense, é preciso que se ressalte a flagrante constitucionalização do presente projeto de lei. Seria este inconstitucional se a matéria de sua análise fôsse a "energia" em si porque aí esbarraria no artigo 8º da Constituição Federal, item XVIII, "I", que reserva à União a competência exclusiva para legislar a respeito de "águas, telecomunicações, serviço postal e energia (elétrica, térmica, nuclear ou qualquer outra)". Todavia, nosso projeto de lei não tem esta pretensão. Trata-se apenas de regular o processo administrativo da implantação de instalações industriais de energia nuclear no Paraná. Logo, a matéria de que trata, não é energética. Mas o é, isto sim, econômica e, acima de tudo, administrativa. Nesse caso, conforme inclusive explicita o mesmo artigo 8º da Constituição, em seu parágrafo único, existe a competência supletiva do Estado para legislar sobre a matéria. Verifica-se no dispositivo citado, que o Estado tem competência para legislar a respeito de "saúde" "produção e consumo". Sobre estas matérias incide o presente projeto, sendo portanto, inteiramente constitucional.

A medida, sem dúvida alguma, virá contribuir para preservar a vida do homem na terra, mantendo-se a sua constituição conforme a recebeu do Criador".

O segundo projeto trata-se de instituir a "Medalha do Conservacionista", que

também na minha justificativa eu digo que: (Lê):

O mundo que tem hoje 5 milhões de habitantes, terá que alimentar, antes de um século, a uma cifra que oscila entre os 8 aos 14 milhões de seres. E destes, cerca de 90 por cento nascerão em países pobres, como o Brasil.

As perspectivas dramáticas que se vislumbra, para uma humanidade faminta, só poderão mudar se o homem se conscientizar da necessidade de preservar o meio ambiente e de voltar a ser gente e não máquina consumista.

A todos nós, cabe a responsabilidade de administrar o patrimônio representado por todos os elementos constitutivos do meio ambiente. A todos nós cabe defender a flora e na fauna silvestre. A todos nós cabe lutar para modificar e criar novas atitudes, para fazer com que o ser humano abandone velhos padrões de pensamento e ação e busque novas soluções para os problemas ambientais.

E a nós, legítimos representantes do povo, cabe maior responsabilidade neste processo, razão pela qual apresentamos o presente projeto de resolução, para expressar de forma clara e objetiva o reconhecimento da comunidade paranaense às pessoas que hajam se destacado por sua excepcional atuação na preservação de meio ambiente.

O Criador fez a terra e a entregou ao homem para que este a habitasse, administrando-a e conservando-a de forma que todos os seres vivos, através das gerações, tivessem o direito de nela viver humanamente.

A falta de respeito para com o ambiente em que vive, a falta de amor ao próximo, tornou o homem o maior predador da natureza. Hoje, vivemos num mundo em que, anualmente, 6 milhões de hectares de terra produtiva se convertem em deserto, em que o desflorestamento está gradativamente aquecendo o planeta, ameaçando, dentro de poucos anos, elevar o nível dos mares provocando a inundação das cidades costeiras e destruir as economias nacionais. Os rios estão sendo poluídos, e também os mares, destruindo-se suas riquezas que amanhã poderiam matar a fome do homem."

E o 3º Projeto dispõe sobre a utilização de transporte coletivo, intermunicipal, gratuitamente, por pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental e dá outras providências".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ao chegar nesta Casa hoje, tive o conhecimento que o salário de Deputado é Cz\$ 600 mil cruzados, e que nós vamos receber um abono de Cz\$ 1 milhão e 500 mil cruzados.

Então, não entendo qual o objetivo de desmoralizar esta Casa. Primeiro, gostaria que a Mesa me esclarecesse pois fiquei sabendo através do Deputado Gernote Kirinus, que saiu uma nota na imprensa dizendo que o salário de Deputado é Cz\$ 600 mil cruzados.

Eu não posso admitir mais esse tipo de brincadeira com políticos sérios. Eu respeito esta Casa e ela é idônea. Eu não recebo Cz\$ 600 mil cruzados da Assembléia Legislativa e nem recebi proposta de Cz\$ 1 milhão e 500 mil cruzados por mês de abono de Natal.

Isso é uma afronta contra a família paranaense. Diz aqui a nota, Senhores; está aqui a nota que me foi entregue pelo Deputado Gernote Kirinus: "Lê - Cz\$ 1 milhão e 500 mil cruzados de gratificação, um Opala e quase Cz\$ 600 mil recebem por mês os Deputados do Paraná".

Senhores, sei que aqui há jornalistas e radialistas. Eu me penito Senhores, pois sou um Deputado muito coerente com as minhas atitudes e também sou radialista. Pago pelo peso de ter um programa de televisão e ter um programa social no meu gabinete. O Deputado Algaci Túlio procede da mesma maneira; Deputado Pirajá Ferreira da mesma forma.

Os demais Deputados que têm programa de rádio, acredito que também paguem pelo mesmo peso, porque os nossos gabinetes vivem superlotados de pessoas que vêm do Paraná inteiro a procura de um acalento, de um hospital, de internamento.

Eu me reservo o direito, Senhores Deputados, de ter o meu programa social. Mas eu não posso reservar o direito a quem quer que seja de desmoralizar esse Poder Legislativo.

Eu vim para cá com idéias de trabalho e não fiz propostas em cima de caminhar que eu ia salvar o Paraná, não.

Eu não tenho o rabo preso nem com o Governador, nem com o Secretário, nem com Ministro e nem com o Presidente da República. O único rabo preso que eu tenho no Paraná é com o povo que me elegeu.

Então, Senhores, não posso conceber uma nota que foi distribuída à imprensa dizendo que eu vou receber um milhão e meio de abono de Natal!

Eu gostaria que a Presidência desta Casa, convocasse o Líder do Partido da Frente Liberal, a quem eu tanto respeito. O Líder do Partido Democrático Trabalhista, Deputado Rafael Greca; o Líder do Par-

tido Trabalhista Brasileiro, a quem eu tanto preso e respeito, que é o Deputado Erondy Silvério, mestre nesta Casa. Os Líderes da Bancada do PMDB, principalmente o Líder da minha Bancada, Deputado Caíto Quintana; o Líder do Partido Liberal e o do PDS e o do PT fizessem uma reunião; pois está na hora de dar um basta a este estado de coisas.

Isto é um desrespeito contra a minha pessoa e à minha família, os meus filhos isto é um desrespeito para com os Senhores, Deputados desta Casa. Eu não posso admitir mais esse tipo de sem-vergonhice, canalice, vagabundice que é implantada contra os políticos do Paraná.

Se existem políticos que não prestam, que renunciem aos seus mandatos e voltem para suas casas.

Agora, eu presto e exijo respeito com a minha cara, exijo respeito com a minha família, exijo respeito com a minha moral, pois eu não sou moleque, não sou palhaço e não admito mais desrespeito com essa Assembléia Legislativa. Aqui somos todos Deputados idôneos honrados, porque vejo todo mundo trabalhando, cada qual cuidando das suas obrigações. Quando eu preciso de uma ambulância, ou de um carro eu vou à Presidência. Ora, Senhores, já chega, vamos dar um basta a isso. Chega, pelo amor de Deus. Eu não sei porque o objetivo disso, de desmoralizar uma classe política! Vim aqui para trabalhar e não para brincar, eu não tenho que dar satisfações aos Senhores do que eu faço, nem os Senhores têm que dar satisfação a mim do que os Senhores fazem. Nós aqui somos Deputados honrados, idôneos, a começar por esta Mesa, a começar de Deputados que estão aqui há anos, como Artagão Mattos Leão, como Eduardo Baggio, como Caíto Quintana, Erondy Silvério, tantos outros Líderes que já estão aqui há muito tempo, que sentem o peso da responsabilidade nas costas. Agora, dizer que vou receber Cz\$ 1 milhão e 500 mil cruzados. O cidadão que faz isso para mim tem que apanhar na cara, é vagabundo, sem-vergonha, calhorda e não admito isto. Isto é um desrespeito para com a classe política deste Paraná. O cidadão que está espalhando isto, inventando esse tipo de mentira, confesso aos Senhores que eu nem sei quanto é que ganho, confesso aos Senhores. Outro dia, o Deputado Algaci Túlio disse que não sabia; até ontem, eu fiquei perguntando: afinal de contas quanto eu ganho aqui? É um direito que me assiste saber quanto eu ganho. Agora, não posso ser desmoralizado.

Quero saber de onde partiu que eu vou ganhar Cz\$ 600 mil cruzados por mês e que eu vou receber Cz\$ 1 milhão e 500 mil cruzados de abono de Natal.

Isso é uma vergonha Senhores Deputa-

dos, tentam desmoralizar a nossa classe, mas temos que nos levantar, dar as mãos, PMDB, PTB, Partido da Frente Liberal, PDS, PL, PDT, PT, porque somos honrados, e não moleques, crianças, portanto não podemos admitir este tipo de calúnia contra a classe política do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O objetivo da vinda à tribuna é para a leitura de uma nota que está sendo divulgada pela Associação dos Funcionários da SUREHMA a respeito do aumento salarial que está sendo concedido ao Funcionalismo Público Estadual. O Senhor Governador anunciou para a população paranaense um aumento maior para os funcionários que ganham menos, mas no caso da SUREHMA, especificamente, talvez até por um equívoco de algum assessor do Senhor Governador, está acontecendo exatamente o contrário: os funcionários que ganham menos foram contemplados com um aumento de 80,05%, e os funcionários que ganham mais, de acordo com a Mensagem e com o seu anúncio, naturalmente receberiam um aumento menor, mas ocorre que os maiores salários da SUREHMA foram contemplados com um aumento de 131,6%. Em consequência disso foi divulgada uma Carta Aberta, cuja leitura ora faço: (Lê):

"Reajuste Deturpado".

"Nota à imprensa, aos Deputados Estaduais do Paraná e ao povo paranaense.

O servidor técnico, aquele que recebe menor vencimento, ganhará um percentual médio de apenas 83%, inferior ao percentual concedido ao profissional de nível superior, onde os índices chegam à 133%. Esses índices foram levantados após a apresentação da proposta de tabela do Governo e são índices alarmantes. O Governo precisa ser notificado das injustiças que estão sendo cometidos com o pessoal de nível médio em detrimento do divulgado por Sua Excelência em entrevista à imprensa, de que, quem ganha menos receberá aumento maior do que quem ganha mais.

Portanto, os técnicos de nível médio estão decepcionados com a atual tabela apresentada pelo Governo e solicitamos aos Deputados, autoridades em geral e ao povo do Paraná, que nos ajudem a mudar esta situação.

Nós da Comissão de Mobilização dos Funcionários da SUREHMA, estamos em defesa da justiça, reivindicando que seja dado, no mínimo, um aumento igual aos recebidos pelos profissionais de nível superior, pa-

ra os técnicos de nível médio.

Não somos contra o aumento recebido pelo pessoal do nível superior, porém não achamos justo que, quem ganha mais receba aumento maior, e que quem ganha menos, recebe o contrário, recebe aumento menor. Portanto, pela manutenção da palavra do Governador Álvaro Dias, exigimos a tomada de providências urgentes para acertar esta situação.

Curitiba, 02 de dezembro de 1987.

Comissão de Mobilização dos Funcionários da SUREHMA".

Faço a leitura desta Carta Aberta, Senhor Presidente e Senhores Deputados, também com o propósito de hipotecar o meu irrestrito e incondicional apoio a esses funcionários, que não estão fazendo outra coisa senão reivindicando que aquilo que foi divulgado pelo Governador Álvaro Dias, seja cumprido em relação à SUREHMA, ou seja, de que aqueles servidores que estão com baixos salários, diante de um Brasil que acumula 338% de inflação em apenas 12 meses, sejam contemplados com um aumento maior, conforme a palavra do Governador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Nele concedo a palavra ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Gostaria de, usando o nosso Horário, dizer que, por ser extenso o nosso discurso, que Vossa Excelência o considerasse lido. Em nosso pronunciamento fazemos um resumo das grandes conquistas desta Assembleia Legislativa, dos Deputados Estaduais, uma síntese do nosso trabalho deste ano de 1987.

Gostaríamos de, nesta oportunidade, dizer da nossa satisfação, já que é o último Grande Expediente onde temos oportunidade de falar e expor as nossas idéias. E foi uma satisfação muito grande estarmos com Vossas Excelências durante este ano que passou e esperamos que o ano de 1988, seja um ano onde todos nós possamos conviver em concórdia nesta Casa, todos os Partidos, porque vivemos um momento de transição e esta não depende somente de um Partido, mas é responsabilidade de todos os Partidos Políticos.

Eu gostaria Senhor Presidente de, nessa oportunidade, conceder o tempo que me resta do Grande Expediente ao caro Deputado Eduardo Baggio que representa o Noroeste do Estado, para que o mesmo possa usar os 29 minutos seguintes.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Concedo a palavra, ainda no Grande Expediente, ao Senhor Deputado Eduardo Baggio.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Primeiramente eu queria agradecer aos Deputados Lindolfo Júnior e Algaci Túlio por terem me cedido o seu espaço para esse Grande Expediente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: (Lê):

"Mais uma vez ocupamos a tribuna deste Parlamento, imbuídos do Espírito de Justiça que sempre nos orientou como representante do povo do Noroeste do Paraná, na Assembléia Legislativa deste Estado.

Nosso objetivo é expor a Vossas Excelências a injusta situação que se criou ao longo dos anos no Noroeste Paranaense, relativamente às chamadas terras devolutas do Estado localizadas naquela região.

Iniciaremos nosso relato fazendo um breve histórico dos primórdios da colonização da Nova Londrina, um dos mais promissores Municípios daquela região.

Em meio à história do Paraná, são raros e imprecisos os dados relativos às primeiras notícias do povoamento e colonização da localidade onde se encontra hoje a cidade de Nova Londrina. Sabe-se, contudo, que desde antes do ano de 1930 existiu um "picadão" que, partindo do Porto São José, no Rio Paraná, nos limites com o Estado do Mato Grosso do Sul, cruzava as terras circunjacentes do atual município de Nova Londrina para atingir a Fazenda Montoya, local onde hoje se encontra a cidade de Paranavaí. De acordo com as informações obtidas, em 1947 alguns sertanejos se instalaram na localidade mais tarde denominada Patrimônio Marilena, situada na gleba Paranapanema, distante 4 km da atual sede de Nova Londrina e 80 km da sede municipal de Paranavaí.

Objetivando a extração e aproveitamento das madeiras de Lei abundantes na região e a exploração das suas terras férteis e ubérrimas, no período de 1.947 a 1.950, estabeleceu-se ali a empresa imobiliária "Terras e Colonização Paranapanema Ltda", com sede no Rio de Janeiro. Neste período, a Terras e Colonização Paranapanema Ltda, foi desmembrada e vendida, parte para a "Imobiliária Nova Londrina Ltda", e parte para a "Empresa colonizadora Marilena Ltda."

Senhores Parlamentares.

A antiga gleba "Areia Branca do Tucum", onde nos primórdios de 1950 se iniciava a colonização de Marilena, Nova Londrina, Loanda em parte, e São Pedro do Paraná, abrangia uma área de 25 mil alqueires paulistas.

Esta grande área de terras (25 mil al-

queires), pertencia a João Severino Porto, o qual as vendeu às Companhias "Terras e Colonização Paranapanema Ltda", Colonizadora Marilena Ltda, e Imobiliária Nova Londrina Ltda.

As Companhias acima citadas e o antigo Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC), representando o Governo do Estado firmaram protocolo que constitui-se em Termo de Autorização e a conseqüente perda de efeito de um elevado número de contratos de compra e venda já devidamente registrados e de outros contratos de compromisso de compra e venda.

Referida circunstância gerou conflitos de toda a espécie, inclusive com lutas armadas e derramamento de sangue, propriedades foram incendiadas, choques armados tiveram lugar e a região, durante muito tempo, foi palco de graves e dolorosos acontecimentos. Grupos se digladiavam no amago do sertão visando a posse da terra.

Para sanear tais irregularidades, pelo Decreto nº 9.556, publicado no Diário Oficial do Estado de 19.09.1962, o Governo do Estado toma para si o encargo de titular de toda aquela área, estipulando um preço simbólico, e pondo a salvo aquelas áreas que tinham sido objeto de compra e venda (escritura definitiva) com as referidas companhias, o que se insere no art. 4º do citado Decreto, o qual dava um prazo de 6 meses para os possuidores das áreas se habilitarem na titulação de seus terrenos, prazo esse insuficiente em função das peculiaridades da época, não só relativamente ao Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC), que não tinha infraestrutura capaz de atender o volume de pedidos, como também pelo fato de que na época os meios de comunicação, até os extremos no Noroeste eram quase impraticáveis; basta dizer que de Nova Londrina, à Maringá, levava-se, em média, mais de 5 dias, isto se o tempo ajudasse.

Assim, eram poucos os que tinham conhecimento de como se devia proceder para efetuar a regularização de seus lotes. Nas suas condições de simples rurículas, muitos deles, ao terem as suas mãos uma escritura pública de compra e venda, outorgada por empresas colonizadoras e, depois destas, por terceiros já seus conhecidos de há longos anos, emprestavam-lhes total confiança e já se achavam suficientemente regularizados nas suas propriedades. Tais pessoas voltavam-se mais para as lides no seu quinhão de terra do que para as notícias regulamentadoras de propriedades, e, a bem da verdade, o próprio Governo do Estado dava pouca divulgação a respeito. Foi o que realmente aconteceu com os primitivos proprietários. Gente de boa fé, humildes e simples rurículas que não tiveram sequer a oportunidade de receberem a di-

vulgação para se beneficiarem daquilo que lhes outorgava o Decreto nº 9.556, de 19.09.62, e suas posteriores prorrogações. Faz-se mister salientar que, mesmo com adversidades existentes na época, existem casos daqueles que tentaram regularizar a situação de suas terras e que, ainda hoje, mais de 20 anos depois, não obtiveram sucesso, pois seus processos ainda estão em trâmite no Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Paraná, sem qualquer solução prática, redundando em irreparável prejuízo para suas atividades agrícolas.

Para melhor esclarecimento dos ilustres companheiros de Plenário, transcreveremos a íntegra do Decreto nº 9.556, com sua exposição de motivos, referida transcrição nos será útil para que possamos ter uma visão exata do que ocorria da região, na época de sua publicação.

DECRETO nº 9.556

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe confere o Art. 46, item I da Constituição Estadual e:

- CONSIDERANDO que o Decreto nº 6.727, de 18 de fevereiro de 1962, ao mesmo tempo que revogou o Decreto nº 15.755, de 7 de abril de 1958, revigorou o Decreto nº 7.710 de 21 de janeiro de 1962, que declarou nulo e sem efeito o Termo de Autorização lavrado em 20 de janeiro de 1951, em livro próprio do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, entre o Estado do Paraná e as Empresas "Terras e Colonização Paranapanema Ltda, Colonizadora Marilena Ltda e Imobiliária Nova Londrina Ltda".

- CONSIDERANDO que com o referido ato rescisório as atribuições de dividir e colonizar as áreas de terras constituídas de parte da Gleba "Areia Branca do Tucum", então situadas no Município de Paranavaí, hoje pertencentes ao Município de Loanda e Nova Londrina e que haviam sido outorgadas às referidas empresas, foram devolvidas ao Estado;

- CONSIDERANDO que até a publicação do ato rescisório já referido, inúmeros foram os negócios realizados, com transferências e compromissos de compra e venda de lotes pelas aludidas empresas;

- CONSIDERANDO que é necessária a adoção de medidas complementares ao ato rescisório, visando à solução definitiva dos problemas sociais e humanos estabelecidos na região em decorrência, da precariedade dos títulos de propriedade das referidas empresas;

- CONSIDERANDO que assim devem ser devidamente atendidos aqueles que realmente ocupam e trabalham a terra,

DECRETA:

Art. 1º- Os ocupantes de terras na gleba "Areia Branca do Tucum" que contrataram compra de lotes com as empresas "Terras e Colonização Paranapanema Ltda, Colonizadora Marilena Ltda e Imobiliária Nova Londrina Ltda", poderão, sob pena de comisso, REQUERER POR COMPRA AO ESTADO DO PARANÁ AS ÁREAS CONTRATADAS E OCUPADAS.

Parágrafo Único - Fica fixado o prazo de cento e oitenta dias contados da publicação deste Decreto, para que seja procedido o respectivo requerimento no Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

Art. 2º- Os requerimentos poderão ser individuais instruídos com o respectivo contrato celebrado com uma das empresas referidas no Art. 1º.

Art. 3º- O preço para aquisição das terras mencionadas será de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por hectare, isento do pagamento de taxa de medição, devendo o processamento dos pedidos formulados obedecer as normas estabelecidas na legislação de terras para a aquisição de lotes coloniais.

Art. 4º- Tratando-se de situação excepcional, será respeitada a área dos respectivos contratos de compra e venda feitos pelos interessados com as empresas aludidas no Art. 1º.

Art. 5º- O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de setembro de 1962.

141º DA INDEPENDÊNCIA e 74º DA REPÚBLICA

(a) NEY BRAGA e VÉSPERO MENDES

(Publicado em 19.09.62).

Pelos considerandos, verifica-se o estado de coisas que reinava na região Noroeste do Paraná. Os agricultores de então tinham dificuldades de toda ordem, desde o de contrair empréstimo agrícola, até o de alienação de suas propriedades, cujos documentos (escrituras públicas devidamente registradas) tinham sido anulados. Naquela época, já se cogitava da instalação do Banco do Brasil S.A., o que de fato aconteceu, mas muitas áreas continuavam sem solução, devido à falta de informação aos titulares das terras e também pelo grande atraso que se verificava na regularização junto ao Departamento de Geografia, Terras e Colonização. Assim sendo, tendo em vista o que acontecia no processamento dos pedidos, o Governo elaborou inúmeros Decretos prorrogando aquele prazo de 180 dias".

Como se verifica no Art. 4º do antes citado Decreto, as áreas de terras que foram objetos de compra e venda (escritura pública), tiveram a sua área respeitada, cabendo ao Estado regularizar a situação, uma vez que o possuidor requeresse a sua compra.

Ainda o Governo do Estado preocupado com o problema de terras devolutas, consolidando o Decreto antes referido, expede o Decreto nº 1.951, de 04.08.66.

É o que se segue, juntamente com a respectiva exposição de motivos:

- CONSIDERANDO que os problemas de certas áreas de terras devolutas, por suas peculiaridades, se constituíram em casos excepcionais que só por via de normas especiais poderiam alcançar uma solução final total, Decreta:

Art. 1º - As áreas de terras devolutas, que por sua situação excepcional tiveram a solução do problema regulado por normas especiais, continuarão a ser regidas por estas até a solução final do problema.

Art. 2º - Para os que ainda não procuraram se beneficiar pelo disposto naquelas normas especiais, será facultado requerer por compra, as áreas que ocupam, sujeitos porém ao pagamento de preço atualizado.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Publicado no DOE. em 05.08.66-nº 129).

De qualquer forma, mesmo que houvessem sido revogados todos os Decretos citados, os agricultores da região, que hoje enfrentam problemas com o Governo do Estado, teriam assegurado o seu mais lícito direito, de acordo com o estatuído na Constituição Federal, que em seu art. 153, § 3º, afirma o seguinte:

Art. 153 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 3º - A Lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

Todos os fatos e diplomas legais até agora citados, dão conta que o problema enfrentado por alguns agricultores residentes na região em questão, merecem atenção especial, dadas as peculiaridades que o envolvem, um problema que vem se arrastando desde os idos de 1960, quando o então Governo do Estado outorgou às empresas colonizadoras. O encargo de colonizar glebas no Noroeste, envolvendo milhares de agricultores que acreditaram naquele processo de colonização e ali se integraram, desbravando uma região inóspita, enfrentando todas as adversidades peculiares à época, não só com o seu sacrifício, mas de toda a sua família. Valentes desbravadores que, quando o Paraná ainda caminhava para a colonização do seu Noroeste, enfrentaram toda sorte de percalços que à época lhes eram impostos, mas, acreditando no futuro, imbuídos por essa fé, num trabalho

constante e desbravador, lá permaneceram. Assim, portanto, várias famílias que no curso desses longos anos se enraizaram em suas posses legítimas, que remontam há mais de 30 anos e, graças a esses pioneiros, temos hoje uma região próspera e rica, produzindo para o engrandecimento de nosso Estado e querida Pátria. Exemplos vivos da honestidade, dinamismo e labuta, pois, ainda nos dias atuais, são eles quem pessoalmente, antes que o sol surja no horizonte, já estão dirigindo seus empreendimentos.

É de salientar que todos os possuidores de terras que ainda não foram tituladas, são efetivamente produtores por excelência, não se tratando de aventureiros e nem de exploradores do mercado imobiliário; como autênticos produtores, radicados nas propriedades há mais de 20 anos, existem aqueles que até mesmo foram premiados como produtores modelos e ganho de produtividade pelo próprio Governo e, no entanto, hoje sofrem pressões de certos escalões da administração, que, desinformados dos fatos acontecidos na região, sob o pretexto de assentamento de "Invasores de Propriedades Alheias", querem erradicar aqueles que já deram e estão dando mostra de produtividade e competência na administração da sua área de terra já devidamente paga e, como situação excepcional, já devidamente reconhecida pelo Governo no Decreto n. 1.951 de 04.08.66, publicado no Diário Oficial do Estado n. 129 de 05.08.66.

Senhores Parlamentares:

Estes agricultores estão sendo tolhidos nos seus mais lícitos direitos, quando não pela ameaça de indenização de benfeitorias e expulsão da área, pela prática de preço descabido para aquisição de títulos do Governo, incompatíveis com a situação, sendo-lhes exigido o valor de mercado, sem que as autoridades competentes se atenham à anciandade da posse, que está preservada no Art. 16 do Decreto n. 6414 de 04.12.78, e que diz respeito ao já mencionado Decreto n. 9.556 em seu art. 4º, já que os primitivos proprietários pagaram às companhias colonizadoras o justo preço, por uma terra bruta, que trabalharam para que atingisse o estado atual, enfrentando todo tipo de dificuldades, perdendo, inclusive, familiares e amigos. Tal situação, urge do Governo medidas para que, de uma vez por todas, as áreas remanescentes sejam efetivamente tituladas àqueles que as possuem, que já pagaram o justo preço e cujo processo de titulação vem sofrendo retardamento injustificado.

Companheiros Deputados:

Passaremos a expor um exemplo prático

da situação que muitos agricultores estão vivendo e que personificaremos no nome fictício José da Silva, o requerente; visando tornar mais transparente a situação supradescrita.

Em março de 1981 o Dr. José da Silva entrou com pedido de compra de uma área de 83,05 alqueires paulistas junto ao antigo ITC. Referida área é originária de vários lotes pertencentes à época a Empresa Colonizadora Marilena Ltda. que vendeu a terceiros estrangeiros residentes na Itália. A empresa vendedora dos ditos lotes tinha a seu cargo a incumbência de colonizar a conhecida Gleba "Areia Branca do Tucum", no Noroeste do Paraná. Referidos lotes têm sido objeto de aquisições sucessivas desde o ano de 1960.

Como está provado através de escritura pública de Cessão e Transferência de Direitos, o Sr. José da Silva adquiriu aqueles lotes de determinadas pessoas que não vem ao caso mencionar por ser este dado de irrelevante importância. O Sr. José da Silva acresceu estes lotes em sua outra propriedade, tornando-a produtiva, e por mais de 3 anos consecutivos recebeu prêmios da ACARPA, como produtor modelo e ganho de produtividade. Requereu então, face a tal aquisição, a compra de dita área. Como resposta do antigo ITC. Recebeu notificação pela qual deveria optar em um prazo de 30 dias por uma das seguintes alternativas:

1 - Desocupar o imóvel, sendo ressarcido do valor das benfeitorias existentes sobre ele, as quais seriam objeto de avaliação por setor competente do ITCF.

2 - Apresentar exposição de motivos para o encaminhamento do processo à Assembleia Legislativa, consoante regra do Art. 21, inciso VIII, Alínea "C" da Constituição do Paraná.

Optando pela apresentação da exposição de motivos, tempestivamente, o postulante apresentou a referida exposição de motivos, demonstrando a origem da aquisição e o alto nível técnico de utilização de propriedade.

Após os trâmites normais dentro do ITCF, houve por bem o então presidente daquele órgão, o Senhor João Bonifácio Cabral Júnior, em dar parecer favorável ao encaminhamento do pedido à Assembleia Legislativa para a competente autorização, haja vista que a competente somatória de áreas, inclusive a em questão, ultrapasse o permissivo legal previsto na Constituição do Estado do Paraná.

Na época havia forte pressão de grupos interessados na implantação urgente da Reforma Agrária em nosso Estado, e qualquer área sempre era visada, sem que fossem atendidas as situações de fato e de direito que envolviam estas áreas. Neste con-

texto, a divisão técnico-jurídica da subchefia de assuntos técnicos da Casa Civil remete o feito para a Secretaria de Agricultura e Abastecimento para que a sua assessoria de assuntos fundiários se manifestasse, e esta, a evidência do que acontecia no momento, sem qualquer exame de profundidade sobre a questão, deu o seu parecer contrário, muito embora fosse ali reconhecido, não ser de sua competência ordinária a apreciação daquela situação. Ignorou portanto a anciandade da posse e o elevado grau de produtividade das terras. Limitando-se, sem qualquer fundamentação ao seu indeferimento, tão somente no excesso da área já titulado ao requerente.

Da Secretaria de Agricultura e Abastecimento a exposição de motivos é encaminhada novamente à Casa Civil, que por sua vez a encaminha à Procuradoria Geral do Estado, que acabou por deixar ao critério do Excelentíssimo Senhor Governador em enviar ou não a Mensagem ao Legislativo solicitando autorização para alienação dos lotes referidos. Finalmente o processo foi devolvido à Casa Civil.

A divisão técnico-jurídica da subchefia de Assuntos Técnicos da Casa Civil, após relator, assim se expressa, "in verbis". - por exceder a competência do ITCF., por situar-se dentro de área de decisão da Assembleia Legislativa do Estado, como está consignado no comando legal contido no Art. 21, VIII, "C" da Constituição Estadual; por encontrar-se o envio de Mensagem ao Legislativo, dentro do Poder discricionário do Senhor Governador do Estado, entendemos dever ser melhor esclarecido o valor das benfeitorias feitas no imóvel pois há uma discrepância entre as informações constantes nos autos e as informações firmadas pelo Engenheiro Agrônomo Paulo Roberto Castella.

Assim sendo, para melhor análise do problema e maior esclarecimento, da situação ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, opinamos pelo retorno dos autos a origem, para elucidação dos valores.

Elza Alinde Miranda e Suzana Lau
Assessoria Técnica

Desta forma, o feito é devolvido ao ITCF para atendimento do solicitado, mas que por razões que se desconhecem retorna por todo o procedimento anteriormente já feito, sem que houvesse o atendimento do que fora solicitado, recebendo inoportunos pareceres que não atenderam o contido no Decreto n. 9556/62 de 19.09.62 e que foi revigorado pelo Decreto n. 1.951 de 04.08.66, os quais amparam as pretensões do postulante e, dessa forma, com erros de formas procedimentais e sem os cuidados para os ditames das normas antes citadas, causando prejuízos aos mais lícitos inte-

resses do requerente, que somente sua Excelência, o Governador do Estado, pode reparar.

Antes de finalizarmos este nosso pronunciamento, quero destacar, também a necessidade de solucionar o problema relativo à área de terras de 3 mil alqueires denominada "Gleba Rocha Loures" e localizada no Município de São Pedro do Paraná.

A solução deste problema depende única e exclusivamente da iniciativa por parte do Governo do Estado do Paraná, pois como é sabido, já há decisão formada no Supremo Tribunal Federal neste sentido, e o processo em questão ainda está tramitando na justiça, (mais de 20 anos, portanto).

Pela decisão da Justiça, o Estado terá que indenizar o expropriado causando sangria aos cofres públicos pelo volume de dinheiro. Enquanto isto, os ocupantes destas áreas, que as adquiriram de terceiros, hoje sem domínio, são discriminados para financiamentos Bancários, exatamente pela falta de documentação dominial. É necessário que se tomem providências urgentes para sanar tal irregularidade, mesmo que para isso seja necessária a intervenção do Governo Federal (Procuradoria Geral da República), através da avocação do processo, e assim, dando condições de legitimar os atuais possuidores de boa-fé, cujas posses remontam de até 35 anos ou mais.

É de salientar que Governos anteriores, em suas campanhas, prometeram solucionar o problema, sem que na realidade isto houvesse sido concretizado, sendo agora urgente a solução deste problema que aflige os titulares daquelas áreas do Município de São Pedro do Paraná.

Assim sendo, finalizamos este discurso, proferido da tribuna desta Casa de Leis, esperando que possa representar o encaminhamento final de problemas que se alongam por mais de 20 anos, preservando, desta forma, o que mais interessa ao Estado, que é o verdadeiro sentido econômico e social da terra, para o desenvolvimento da região e dentro do espírito de justiça, dinamismo e probidade que norteiam a gestão do Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, evitando, assim, o indeferimento de requerimentos de compra por certos escalões da administração, que alheios à realidade dos fatos, querem as terras em questão, para fins de assentamento.

Esperamos ver o Senhor Governador Álvaro Dias, efetuar, pessoalmente, a entrega do último título de terras, encerrando, de uma vez por todas, a situação excepcional dessas áreas, com a concessão do "Jus Domínio" aos seus possuidores, pelo preço e forma da Lei, respeitada a anciandade da posse.

Era só o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O discurso do Deputado Luiz Carlos Alborghetti fez-me voltar a esta tribuna para fazer algumas considerações, porque eu entendo de que a maior correlação entre a denúncia que faz o Deputado Alborghetti sobre as notícias envolvendo, ainda, a remuneração que percebem os Parlamentares desta Casa com o fato de caráter nacional, da maior repercussão, e com a decisão do Supremo Tribunal Federal em determinar, ao Governo de Fernando Collor de Mello, de Alagoas, pagar os "marajás" daquele Estado. Em alguns casos há funcionários alagoanos que as suas remunerações, os seus vencimentos, somam a casa astronômica e absurda de Cz\$ 800 mil cruzados.

O Supremo manda pagar. O Governador do Estado diz que não vai pagar. Porque o Estado não arrecada para pagar o seu funcionalismo já há muitos anos, que depende em quase tudo que faz, investimento naquele Estado e em tantos outros do Norte e Nordeste, de verbas repassadas da União. O Governador de Alagoas diz que não pode cumprir determinação judicial da maior Corte do País. Como é que fica?

Vai se decretar intervenção em Alagoas, para que o Governo do Estado pague alguns felizardos com valores que nem seriam necessários, Cz\$ 800 ou 700 mil cruzados? Aquilo é fora da realidade nacional! É uma afronta!

Mas o Poder Judiciário, a ele compete julgar, com fundamento na lei. Sem dúvida, o Supremo julgou com fundamento legal. É o grande intérprete da Lei, sobre a qual todos somos regidos. Daí a pergunta: como fica, se o Supremo manda pagar e o Estado não paga? Bem, nós temos uma Assembleia Constituinte. Mas a Constituinte tem competência única e exclusiva para elaborar e promulgar uma futura Constituição não se sabe em que dia e mês. E essa situação, esse estado vai persistir? É de entendimento deste Deputado que o Congresso Nacional não tendo sido dissolvido, por que

mesmo em caráter extraordinário, e convocado extraordinariamente, os jornais dizem que a convocação já está praticamente decidida, mas eu vejo da maior importância que o Congresso Nacional se manifeste e se pronuncie sobre o assunto, sobre as maiores remunerações do País que tem certamente, vinculação profunda com essa campanha de desmoralização que está sendo orquestrada, dirigida, orientada contra os parlamentares do País inteiro.

Daí eu vir a esta tribuna hoje, alertado e advertido pelo Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Ele está na sua primeira Legislatura. Nós, na terceira, quarta e quinta legislatura, sempre procuramos honrar e dignificar o mandato, não só votando as leis, vindas aqui ao Plenário, mas fora do Plenário, lá no interior, no gabinete das Comissões, dando o melhor de cada um de nós e estamos aí, alocados em todos os lugares, em todos os pontos do Estado, porque a imprensa procura nos atingir em todos os cantos, para nos desmoralizar, nos equiparando aos "marajás" das Alagoas e de outros Estados.

O Governo de São Paulo, recentemente encaminhou à Assembléia propostas para que se estabeleça um teto com vencimento maior do funcionário paulistano, porque lá também, inclusive na Polícia Militar, já há alguns meses, existem alguns militares com vencimentos superiores a Cz\$ 500, 600 mil cruzados, coisa que não se admite num País como o nosso, que não paga o que deve.

Não sei o que aconteceu com a Mensagem do Governador Paulista, mas sei o que acontece no Paraná.

O Governador do Estado encaminhou duas Mensagens a esta Casa sobre o assunto, uma que procurava limitar os maiores vencimentos em Cz\$ 100 mil cruzados. Não sei e não entro em mérito, se em função da inflação atual, era o bastante e o necessário, mas ela caiu nesta Casa e depois, ou pouco antes, propôs o Governador Álvaro Dias que se alterasse a Constituição do Estado em seu Artigo 78, e parece-me que até acrescentando parágrafo único e também, com vistas a isto, a mensagem não chegou ao Plenário da Casa.

Portanto, Senhores Parlamentares, não é assunto para ser discutido e tratado a nível regional. Este é um assunto para o Congresso Nacional se manifestar, decidir e votar, porque não entendo possamos esperar aqui calados, apenas ouvindo e aguardando a manifestação da Assembléia Nacional Constituinte, que quer um prazo para promulgar a Carta Maior.

Daí, Senhores Deputados, entender este Parlamentar que há necessidade de que o Congresso Nacional se pronuncie. Nós, pelo menos nós do Paraná, logo após o recesso que se inicia dia 5, fazemos uma grande

reunião dos parlamentares, para tomarmos uma decisão, e discutimos o assunto, que eu vejo não somente delicado, mas da maior gravidade possível.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Consulto a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Democrático Trabalhista.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Liberal.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Na onda de descrédito político que se estabeleceu no País, assim como aos Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Basílio Zanusso, que ocuparam a tribuna há pouco, certamente preocupa a todos nós, homens públicos, a avalanche de notícias implantadas através da Imprensa, com o objetivo de denegrir a imagem de cidadãos, cujo maior pecado foi o de oferecer seus nomes à consideração popular, e devidamente avaliados, serem responsabilizados hoje, pelos desencontros que dominam a Nova República.

Há poucos dias, inclusive o próprio Governador do Estado alertava que José Sarney não pode ser sacrificado sozinho pela crise instalada no País, cabendo grande parte à classe política. Generaliza-se, em consequência, uma responsabilidade que determinados políticos deveriam assumir, os quais aproveitando supostas lideranças, cercaram José Sarney e o isolaram em Brasília.

Não podemos aceitar que esta pecha irresponsável se generalize, quando a Oposição vem levantando a sua voz contra os desencontros há tanto tempo. Culpar a classe política, generalizando conceito, é desculpa de quem, pela incompetência partidária de quem sustenta esse mesmo Governo, quer agora sair da reta ou da rota de colisão com as aspirações populares.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho observando, nos últimos dias, uma campanha de descrédito que generaliza o político paranaense e brasileiro, fruto de algumas situações que colocam o homem público em difícil situação de dar explicações, o que não justifica as colocações feitas e a forma como são transmitidas determinadas informações, vêm jogando a opinião pública contra a classe política, de modo generalizado, dando a impressão de que todo o cidadão investido de mandato

passou a ser de repente o grande culpado de tudo o que ocorre de mal a esse País.

Agora mesmo, vejo a tentativa de convencer via pesquisa de opinião pública, que atinge o universo limitado de opiniões, de que os Vereadores em geral não merecem o crédito de nossa população da Capital. As perguntas, na forma como foram colocadas, demonstram bem a intenção de desmoralizar a classe política, num momento em que é natural o descrédito público, face a própria crise econômica e institucional brasileira.

As perguntas como foram formuladas, levariam fatalmente qualquer entrevistado a buscar no cidadão com mandato o grande culpado à crise brasileira.

Como se não fizéssemos parte do conjunto natural que representa a comunidade, não enfrentando os mesmos problemas, amarguras e desencontros que cercam o Poder Central. E de repente o Legislativo, que tem a função de apontar soluções ao Executivo, que não as cumpre, passou a ser o canal que absorve a culpa da incompetência.

Sinceramente, Senhores, não posso aceitar esse tipo de colocação.

Há pouco foi a tentativa de incompatibilizar os parlamentares brasileiros perante a opinião pública com relação aos vultosos subsídios que estariam recebendo nababescamente enquanto a Nação vai se exaurindo com dificuldades.

Além de falsas, as informações transmitidas são a desculpa para a incompetência executiva que se transfere aos legisladores, sob a capa de uma campanha de descrédito muito bem orquestrada. Hoje, são os vereadores de Curitiba que passam pelo vexame de uma situação posta em termos de descrédito pessoal, como se legislador fosse o grande culpado, e o Executivo pousando de bonzinho e amigo da população menos favorecida, fosse a solução para os macros problemas.

Daqui a pouco também esse tipo de campanha poderá ser estendida a nós, Deputados Estaduais. Uma corrente para frente, cujo objetivo único é tumultuar e preparar o terreno de descrédito total em nossas instituições.

Não posso aceitar esse tipo de situação. Não concordo com métodos maquiavélicos cuja orquestração vem sendo observada atualmente. Não posso aceitar calado que se transmitam aos homens públicos de forma generalizada como vem acontecendo a pecha de grandes culpados por desmandos que possam ocorrer nesta Cidade, nesse Estado e nesse País.

Aceitarmos calados este tipo de situação, é concordarmos que os Legislativos são peças inúteis e os Executivos são os únicos salvadores desta pátria de desen-

contros que um dia, infelizmente, apelidaram de Nova República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 51 Senhores Deputados:

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apreciado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apreciados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apreciado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Necessita de apoio. Apreciado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apreciado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apreciados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. Apreciado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a realização de sessão extraordinária para o dia 03 de dezembro corrente, às 10 horas, destinada à apreciação das matérias em tramitação na Casa. - Aprovado.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, comunicando que se ausentará do País no período de 10 de janeiro a 10 de março de 1988, por conta própria, em missão cultural ao Oriente. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

4. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 123/87), que visa majorar, a partir de 1º/01/88, os Vencimentos dos Cargos Efetivos, em Comissão e Funções

Gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, inclusive Conselheiros, Auditores e Procuradores, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e o soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. COM EMENDAS DE 3. DISCUSSÃO.

Votação de Emenda 3.^a discussão do Deputado José Afonso Júnior.

Em votação. Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - ...

Emenda do Deputado Tadeu Lúcio Machado.

(Emenda Supressiva).

Em votação. Aprovada.

Requerimento do Deputado Tadeu Lúcio Machado, requerendo a retirada da Emenda da sua autoria ao Projeto 350, referente ao salário dos Procuradores.

Em votação o requerimento. Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão.- Aprovado.

Em virtude da aprovação do requerimento, deixa-se de votar a Emenda.

Em votação o Projeto.- Aprovado.

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 361/87, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem nº 125/87), que objetiva alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei nº 8.216, de 31.12.85, que dá disciplinamento ao IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., por unanimidade. EMENDA 3.^a DISCUSSÃO. Em discussão o Projeto e a Emenda.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito que Vossa Excelência determine a leitura da Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura da Emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à leitura da Emenda).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Em votação a Emenda.- Aprovada.
Em votação o Projeto.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para encaminhar) - Sr. Presidente, apenas para manifestar nosso voto contrário ao Projeto nº 361/87, que visa alterar dispositivos da Lei nº 8.216, que dá disciplinamento ao imposto sobre propriedade de veículos automotores. Numa rápida leitura da Mensagem, do Projeto, Sr. Presidente, nós verificamos que um

Fusca 35, pagou, em 1987, Cz\$ 763 cruzados, e que pelo Projeto de autoria de Sua Excelência o Senhor Governador, vai para Cz\$ 3.630 cruzados. Como diz o Deputado Erondy, muito bem, em tempo, quase o valor do automóvel. Um Del Rey, Sr. Presidente, Del Rey 87, pagou, em 87, Cz\$ 2.817,69. Pelo Projeto, este valor é de Cz\$ 10.230,00. Antes Cz\$ 2.000,00, agora, Cz\$ 10.000,00. Portanto, a nossa Bancada manifesta-se contrária ao Projeto e considere, Vossa Excelência, já por antecipação, o voto contrário meu e da Bancada, e pedimos que seja consignado em Ata.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência mandará anotar o seu voto e o da sua Bancada.

O SR. ALGACI TÚLIO - Este Parlamentar, também não concordando com o aumento abusivo, do IPVA, também dá o seu voto contrário a esta matéria.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, da mesma forma, por não concordar com o aumento pretendido, votamos contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Em votação. Aprovado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Pela Ordem, Sr. Presidente. Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência defere e fará a verificação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela Ordem, Sr. Presidente, solicito a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência fará a verificação, antes porém, atendendo ao Deputado Caíto Quintana, que solicita chamada nominal. O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Quarenta Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

Esta Presidência solicita aos Senhores Deputados que retomem seus assentos a fim

de ser procedida a verificação de votação requerida pelo Senhor Deputado Antônio Belinati.

Em votação.

Trinta Senhores Deputados aprovam; cinco Senhores Deputados rejeitam. Aprovado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, solicito que seja considerado o pedido que este Deputado formulou no encaminhamento, para que conste dos Anais da Casa o nosso voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência já tomou providências a respeito. Será anotado o seu voto e o da sua Bancada, bem como dos Deputados Algaci Túlio e Ezequias Losso.

3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 268/86.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Salvo equívoco deste Deputado, Senhor Presidente, quer me parecer que existe uma Emenda a este Projeto, de nossa autoria. Foi aprovada a Emenda?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Foi aprovada a Emenda agora, nesta votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 268/86, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de Vila Nova, com sede e foro na Vila Nova Município de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 027/87, de autoria do Deputado PAULINO JOSÉ DELAZERI, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado do Paraná, com sede na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 074/87, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública a A.P.A.E. - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Wenceslau Braz, com sede e foro no Município de Wenceslau Braz - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 116/87, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública o

Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Sarandi, com sede e foro no Município do mesmo nome. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 165/87, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a Associação de Micro e Pequenas Empresas de Maringá e Região. Com sede na Comarca de Maringá. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 225/87, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n.º 67/87), objetivando alterar o § 2º, do artigo 1º, da Lei n.º 8096, de 14.06.85. (O funcionário indicado para as funções de membro do Conselho de Administração deverá estar na Entidade por mais de 2 (dois) anos e possuir curso técnico de nível médio ou superior). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H. por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 277/87, de autoria da Deputada IRONDI FUGLIESI, que denomina Herminio Antônio Pennacchi a Rodovia Estadual PR-444. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 304/87, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que denomina Rodovia Primo Bassi a atual PR-518, que liga Santa Mariana ao Distrito de Panema. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 325/87, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n.º 115/87), que autoriza o Poder Executivo doar à Associação dos Servidores Municipais de Goioerê, os lotes de Terrenos de n.º 1 a 12, da Quadra n.º 112, os quais foram havidos pelo Estado conforme Matrícula R. 1-8004, do Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 081/87, (Mensagem n.º 70/87 - ex-Proposição n.º 68/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por unanimidade, que aprova Convênio celebrado em 20.05.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e a Comunidade Indígena de Mangueirinha, assistida pela FUNAI, com o Departamento de Estradas de Rodagem figurando como interveniente, objetivando estabelecer condições, no sentido da passagem da Rodovia PR-281, trecho Mangueirinha

à BR-373, em área do Patrimônio Indígena da referida Comunidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 082/87, (Mensagem n. 90/87 - ex-Proposição n. 79/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por unanimidade, que aprova Convênio de Promessa de Empréstimo, celebrado em 16.07.87, entre o Estado do Paraná e a Caixa Econômica Federal, com a intervenção do Banco do Estado do Paraná S/A, objetivando a execução do "PROJETO OBRAS CURA" de Extensão de Pavimentação em vários Municípios do Estado. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 083/87, (Mensagem n. 106/87 - ex-Proposição n. 085/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios de Mamborê em 09.10.87, Maringá em 06.10.87, e Clevelândia em 06.10.87, com objetivos que especifica. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 091/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mensagem n. 107/87 - ex-Proposição n. 86/87), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura com os Municípios e datas que especifica. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 092/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mensagem n. 108/87, ex-Proposição n. 087/87), aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Céu Azul em 1º.10.87 e União da Vitória em 29.09.87, com objetivos que especifica. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 093/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mensagem n. 111/87, ex-Proposição n. 090/87), que aprova o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 30.09.87, entre o Governo do Estado do Paraná e a Fundação Legião Brasileira de Assistência, com os objetivos que especifica. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 086/87, de autoria do Deputado Hermas Brandão e outros, que inclui parágrafo 3º ao artigo 171, da Lei n.º 6.174, de 16/11/70. (Concede as mulheres que completarem vinte e seis anos de exercício o direito ao acréscimo aos vencimentos de cinco por cento por ano excedente, até o máximo de vinte e cinco por cento). Com

PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria, PARECER FAVORÁVEL da C.F., por unanimidade e PARECER CONTRÁRIO da C.R.H., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no DA. n.º 60, de 03.06.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 086/87

Autor: HERMAS BRANDÃO

I. O Projeto tem por objetivo corrigir disparidade de benefícios legais aos funcionários - homens e mulheres. Aos homens, que se aposentam aos 35 anos, concede-se o direito de acrescer 5% por ano excedente de 30, até o máximo de 25%.

II. As mulheres funcionárias, que se aposentam aos 30 anos (art. 138, § 1º da Lei N.º 6.174/70), não podem usufruir do benefício em razão de lacuna na lei.

III. Entretanto, a despeito do mérito da matéria que efetivamente corrige lacuna prejudicial à mulher funcionária, o projeto esbarra no art. 25, § 1º, letras B e C e 47 inc. I da Constituição Estadual.

IV. Para que se viabilize a intenção do autor - altamente meritória em todos os seus aspectos - o projeto pode servir como sugestão ao Executivo que certamente se sensibilizará com a iniciativa e a transformará em mensagem.

V. Face a inconstitucionalidade, nosso parecer é CONTRÁRIO, S.M.J..

Sala das Comissões, em 29.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 086/87

De autoria do Deputado Hermas Brandão, o projeto de lei em pauta, visa corrigir uma lacuna existente na Lei n.º 6174/70, para que seja incluído o direito às mulheres funcionárias, de acrescer após completarem 25 anos de serviço, o percentual de 5% para cada ano até atingir a sua aposentadoria até o limite de 25%.

Esta prerrogativa existe para os funcionários homens, que crescem após completar 30 anos este percentual, considerando-se que sua aposentadoria ocorre aos 35 anos.

Haveria assim a correção da disparidade existente entre o funcionário homem e a mulher.

Submetido à Comissão de Constituição e Justiça, embora reconheçam a iniquidade existente, opinam contrariamente à sua aprovação, em virtude da inconstitucionalidade do projeto de lei, por ser de competência exclusiva do Governador do Estado.

Realmente a matéria é relevante e pro-

porcionaria a correção da injustiça praticada contra as funcionárias do sexo feminino.

O vício de origem existente e apontado pela Comissão de Constituição e Justiça, não impede a sua tramitação, pois o mesmo poderá ser sanado pela sanção governamental.

Assim somos favoráveis à aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 11.11.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

RAFAEL GRECA

Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 086/87

PARECER:

O Plano de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, visa incluir parágrafo 3° ao artigo 171, da Lei n° 6.174, de 16.11.70, para que seja incluído o direito às mulheres funcionárias, de crescer após completarem 25 anos de serviço o percentual de 5% para cada ano até atingir a sua aposentadoria até o limite de 25%.

A Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar os aspectos legal e constitucional da proposta verificou que apesar de vir a corrigir uma lacuna prejudicial à mulher funcionária, o Projeto vem a esbarrar no artigo 25 § 1° letras "b" e "c", e 47 inciso I da Constituição Estadual.

Não devemos deixar de ressaltar o caráter altamente meritório da medida, podendo a mesma vir a ser de sugestão ao Executivo.

Submetido a detalhado exame por esta Comissão de Recursos Humanos, a mesma verifica a existência de óbice de natureza constitucional ao Projeto de Lei em exame, pronunciando-se de maneira contrária à sua aprovação.

Assim sendo, o nosso parecer é contrário, opinando-se pela sua rejeição.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.87.

(aa) NELSON VASCONCELLOS

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 5 sessões, do Projeto de Lei Complementar n° 086/87. **Aprovado.** Fica portanto, retirado por 5 sessões o Projeto de Lei Complementar n° 086/87.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 008/87, de autoria do Deputado Anibal

Khury, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DAS ESCOLAS DO PARANÁ - A.S.E.E.P., com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Public. no DA. n° 11, de 10.03.87)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 008/87

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, o Plano de Lei em tela, visa declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO PARANÁ - A.E.S.E.E.P. com sede nesta Capital.

Conforme estabelece a Lei n° 6.994 de 10.01.78, em seu item I, o prazo para que esta entidade passe a ter existência legal é de um ano. Ocorre que a Lei n. 8539, de 22.10.87, veio a introduzir algumas modificações à Lei de Utilidade Pública (Lei n° 6.994) entre as quais está a redução do prazo para 6 (seis) meses, desde que estejam atendidos os demais requisitos e que a entidade que se propõe declarar de Utilidade Pública seja "representativa de Servidores Públicos e sua abrangência seja no âmbito estadual".

De acordo com a análise documental procedida, esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar de conformidade com o Regimento Interno, entende que se deve e pode aplicar a redução do prazo acima mencionado, pois o Projeto encontra-se regimentalmente correto e devidamente justificado.

Nestas condições, concluímos que inexistente qualquer impedimento à sua tramitação normal por esta Casa, sendo o parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 156/87, de autoria do Deputado José Alves e outros, que dispõe sobre a obrigatoriedade na adoção do vale-transporte, pelos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo - incluídos os órgãos da Administração Direta e Indireta, na forma especificada pela Lei Federal n° 7.418, de 16/12/85. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., aprovados pelo Substitutivo Geral da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no DA. n° 82, de 12.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 156/87

PARECER:

O nobre Deputado José Alves, secundado por diversos parlamentares que apoiaram a

iniciativa, pretende com o presente Projeto de Lei tornar obrigatória a adoção do vale transporte, instituído pela Lei Federal nº 7.418/85, pelos poderes constituídos do Estado.

2. Como a legislação Federal prevê benefícios aos organismos que a adotarem, não implica a proposição em aumento de despesa pública, vez que o vale transporte é dedutível de impostos devidos, motivo pelo qual não conflita com normas constitucionais.

3. Entretanto, a proposta é por demais lacônica e, para sua aplicação, necessário seria completá-la e, posteriormente regulamentá-la.

4. Assim, somos de parecer favorável à medida proposta, na forma do Substitutivo que em anexo, oferecemos.

Sala das Sessões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 156/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado José Alves, pretende tornar-se obrigatória a adoção do vale transporte, instituído pela Lei Federal nº 7.418/85, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Quanto a parte técnica não compete a essa comissão exarar parecer a respeito da constitucionalidade da iniciativa, vez que a Douta Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou. Entretanto, o presente Plano de Lei encontra-se eivado de inconstitucionalidade.

Quanto ao mérito a proposta é de grande alcance social, beneficiando profundamente no orçamento o servidor público.

Diante de tal situação, opinamos pela aprovação do projeto e do substitutivo apresentado pelo Deputado Erondy Silvério, aguardando a convalidação do Ato Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 156/87

PARECER:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado José Alves e outros, dispõe sobre a obrigatoriedade na adoção do vale-transporte, instituído pela Lei Federal nº 7.418/85, pelos Poderes Legis-

lativo, Judiciário e Executivo.

Detalhadamente analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, a mesma observou que a medida proposta encontra-se constitucionalmente perfeita. Isto quer dizer que ela não conflita com as normas constitucionais vindo assim a merecer parecer favorável na forma do Substitutivo apresentado pelo Deputado Erondy Silvério, visto ser a proposta por demais lacônica de haver necessidade de uma complementação e posterior regulamentação para a sua aplicação.

A Comissão de Finanças, chamada para analisar o aspecto financeiro, entende que o Projeto em questão traz consigo uma proposta de grande alcance social, pois virá a beneficiar a situação salarial do empregado, reduzindo os seus gastos com transporte, e neste sentido manifesta-se pela aprovação da proposta e seu Substitutivo nos termos em que se apresentam.

De conformidade com o artigo 53 do Regimento, esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações vem a se manifestar favoravelmente pela medida e seu Substitutivo.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela Aprovação do Projeto de Lei e de seu substitutivo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.87.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 156/87

Art. 1º - O Estado do Paraná, por seus poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, fica obrigado, a partir desta Lei, a adotar o vale-transporte na forma especificada pela Lei Federal nº 7418/85 e pelo Decreto nº 92.180/85 que a regulamentou.

Art. 2º - O vale-transporte será antecipado pelo órgão empregador ao trabalhador para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, na forma que vier a ser regulamentada pelo Poder Executivo.

§ 1º - Equiparam-se ao trabalhador referido no "caput" deste artigo, para os benefícios desta lei, os servidores públicos da administração direta e indireta.

Art. 3º - O vale-transporte destina-se à sua utilização no sistema de transporte coletivo público, urbano, intermunicipal ou interestadual com características semelhantes ao urbano, operado diretamente pelo Poder Público ou mediante concessão ou delegação, linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente, excluídos os serviços seletivos e os espe-

ciais.

Art. 4º - O vale-transporte, concedido nas condições e limites definidos nesta Lei, no que se refere à contribuição do empregador:

a) Não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração para qualquer efeito;

b) Não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

c) Não se configura como rendimento tributável do trabalhador.

Art. 5º - A concessão do benefício ora instituído implica a aquisição pelo empregador dos vale-transporte necessários aos deslocamentos do trabalhador no percurso residência-trabalho e vice-versa, no serviço de transporte que melhor se adequar.

Art. 6º - O órgão empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 45 dias.

Art. 8º - Esta Lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Comissões, em 09.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 5 sessões, do Projeto de Lei nº 156/87. **Aprovado.** Fica portanto, retirado por 5 sessões o Projeto de Lei nº 156/87.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 181/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI, que autoriza o Poder Executivo, firmar Convênios com os Municípios do Paraná, visando a implantação de redutores de velocidade (lombadas), em frente a todos os Estabelecimentos de Ensino do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. **Aprovado.** (Public. no DA n. 86, de 19.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 181/87

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, autoriza o Poder Executivo a firmar Convênios com os Municípios do Paraná, visando a implantação de redutores de velocidade (lombadas), em frente a todos os estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná.

A medida é possuidora dos mais eleva-

dos méritos, pois visa garantir mínimas condições de segurança aos milhões de crianças que frequentam nossas escolas.

Como trata-se de matéria meramente autorizatória, não encontramos qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao seu trâmite nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 188/87, de autoria do Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, que declara de utilidade Pública o Instituto Evangélico de Assistência Dorcás, em Londrina-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Public. no DA. n. 87, de 24.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 188/87

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Artagão Mattos Leão, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o "INSTITUTO EVANGÉLICO DE ASSISTÊNCIA DORCÁS", com sede e foro na cidade de Londrina.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei n. 6.994, de 10.01.78, que dita as normas para Declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada no Cartório de Títulos e Documentos em 18.08.80, sob inscrição n. 522, tendo conseqüentemente personalidade jurídica há mais de um ano e que está em efetivo exercício junto a comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos e que presta assistência de ensino primário, amparo aos velhos, orfanato às crianças, dando-lhes agasalhos, alimentação, assistência médica e hospitalar, entre outras importantes atividades.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei n. 188/87.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 262/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO AN-NIBELLI, que autoriza o pagamento pelo Poder Executivo das Taxas de Energia Elétrica, Água e Esgoto a todos os Estabelecimentos de Ensino Público Estaduais e Municipais do Estado. Sem PARECER em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no. DA n. 110, de 06.10.87).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 301/87, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que autoriza o Poder EXECUTIVO a transferir para o alçada do Estado a estrada intermunicipal que liga o Município de Campo Mourão à PR-549, passando pelos Distritos de Barreiros das Frutas, Serrinha e Fazenda Boa Esperança. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 128, de 04.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 301/87

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria da Deputada Amélia Hruschka, autoriza o Poder Executivo a transferir para a alçada do Estado a estrada intermunicipal que liga o Município de Campo Mourão à PR-549, passando pelos Distritos de Barreiros das Frutas, Serrinha e Fazenda Boa Esperança.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a opinar sobre a matéria no seu aspecto constitucional e legal, através de seu relator, constatou o seguinte:

O Parágrafo Único, do art. 8º, da Constituição Federal, no qual a União atribui ao estado a competência que originariamente é sua no que tange ao tráfego e trânsito nas vias terrestres.

O parágrafo 1º, do art. 13, da Magna Carta, reza que aos Estados são conferidos os poderes que, explicita ou implicitamente não lhes são vedados pela Constituição Federal.

O art. 21, da Constituição Estadual, cita que compete a Assembléia Legislativa, com a sanção do Senhor Governador, legislar sobre matérias do Estado.

Pelo o que foi acima exposto e por ser o referido Projeto meramente autorizatório, somos pelo parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente

ARTAGÃO MATTOS LEÃO
Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N. 301/87

INICIATIVA: Deputada AMÉLIA HRUSCHKA
SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a transferir para a alçada do Estado a Estrada Intermunicipal que liga o Município de Campo Mourão à PR-549, passando pelos Distritos de Barreiros das Frutas, Serrinha e Fazenda Boa Esperança.

RELATOR: Deputado ALGACI TÚLIO

De iniciativa da Deputada Amélia Hruschka, a proposição em anexo objetiva transferir para a alçada do Estado a Estrada Intermunicipal que liga o Município de Campo Mourão à PR-549, passando pelos Distritos de Barreiros das Frutas, Serrinha e Fazenda Boa Esperança.

O Projeto mereceu parecer favorável no que tange à sua constitucionalidade e legalidade. No que respecta a esta Comissão, entendemos que a medida proposta virá beneficiar a região em que se localiza, considerando a verdadeira insolvência em que se encontram os Municípios do Paraná, sem condições para fazerem frente aos seus compromissos. Entre estes, é evidente, a conservação de suas estradas. O que, considerando tratar-se de zona rural, prejudica sensivelmente os interesses do Município e do próprio Estado.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.11.87.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
ALGACI TÚLIO
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 317/87, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres Guilherme de Almeida, do Colégio Estadual Guilherme de Almeida, com sede e foro no Município de Nova Izabel do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 129, de 09.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 317/87

P A R E C E R:

O presente projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado João Arruda, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres Guilherme de Almeida, do Colégio Estadual Guilherme de Almeida, com sede e foro no Município de Nova Izabel do Oeste.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei n. 6.994, de 10.01.78, que dita as normas para Declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada no Cartório de Títulos e Documentos em 18.08.80, sob inscrição n. 522, tendo conseqüente-

mente personalidade jurídica há mais de um ano e que está em efetivo exercício junto a comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos e que presta assistência de ensino primário, amparo aos velhos, orfanato às crianças, dando-lhe agasalhos, alimentação, assistência médica e hospitalar, entre as outras importantes atividades.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei n. 317/87.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

1.^a DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n° 319/87, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que declara de utilidade pública a Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, Aprovado. (Publ. no DA. n° 129, de 09.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 319/87

PARECER:

O nobre Deputado José Domingos Scarpellini, vem apresentar Projeto de Lei que objetiva declarar de Utilidade Pública, a Associação Paranaense para o desenvolvimento do Potencial Humano com sede e foro nesta Capital.

Analisando a Proposição, verificamos que a mesma, está de acordo com as normas estabelecidas pela Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

Assim sendo, opinamos pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR- Presidente

ERONDY SILVÉRIO- Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 331/87, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que concede o Título Post-Mortem de Vulto Emérito do Paraná ao Doutor Odilon Mader. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 133, de 16.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 331/87

PARECER:

De autoria do nobre Deputado José Domingos Scarpellini, o Projeto de Lei em

tela concede o título Post-Mortem de Vulto Emérito do Paraná, ao Doutor Odilon Mader.

Seus dados biográficos apresentados pelo autor, revelam a sua capacidade de trabalho, talento e dedicação, sempre voltados para os mais variados setores da vida sócio-econômica e política de nosso Estado.

Iniciou sua carreira profissional como Engenheiro da Prefeitura de Curitiba e no mesmo ano foi promovido a Diretor de Obras do Município.

Foi durante a sua gestão como Presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Paraná, que a Associação saiu do marasmo e obscuridade, projetando-se como órgão orientador e assistencial do funcionalismo público, prestando os mais úteis e relevantes serviços à categoria.

Assim sendo e por tudo o que foi exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a se manifestar de conformidade com o Regimento Interno, vem a se pronunciar favoravelmente com relação à medida ora proposta.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR-Presidente

HERMAS BRANDÃO- Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 347/87, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que declara de utilidade pública, a Associação Paranaense de Albergues de Juventude - APRAJ, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 136, de 19.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 347/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Rafael Greca, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ALBERGUES DA JUVENTUDE-APRAJ, com sede nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR -Presidente

VALDERI MENDES VILELA- Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 348/87, de autoria do Deputado RAFAEL GRE-

CA, que declara de Utilidade Pública, a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Hauer, com sede nesta capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 136, de 19.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 348/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Rafael Greca, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA HAUER- com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado, instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR-Presidente
VALDERI MENDES VILELA Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 349/87, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que declara de Utilidade Pública a ARCO - ASSOCIAÇÃO DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 136, de 19.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 349/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Rafael Greca, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública, a ARCO- ASSOCIAÇÃO DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR- Presidente
VALDERI MENDES VILELA- Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 001/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que dá nova redação ao parágrafo 5°, do artigo 123, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprova-

do. (Publ. no DA. n° 23, de 26.03.87.).

COMISSÃO EXECUTIVA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 004/87

PARECER:

De autoria do Nobre Deputado Basílio Zanusso, o presente Projeto de Resolução, tem por finalidade modificar o parágrafo 5° do artigo 123, do Regimento Interno desse Poder Legislativo, que passará a ter a seguinte redação:

"§ 5°- As proposições deverão ser seguidas de justificações sucintas e, quando citarem ou de alguma forma alcançarem uma Lei ou artigo de lei deverão se fazer acompanhar da legislação a ser modificada ou por ela alcançada".

Visto que não há nenhum óbice que impeça a normal tramitação da proposta em tela, opinamos favoravelmente pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 084/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., (Mensagem n° 109/87- Ex-Proposição n° 88/87), que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, objetivando a execução do "Projeto Biomassa Energética no Estado do Paraná" e, ainda do 4° Termo Aditivo datado de 12.08.87, ao Convênio de 18.10.85, celebrado entre as mesmas Partes, com o objetivo de fornecer sementes e mudas selecionadas aos pequenos agricultores. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 085/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., (Mensagem n° 114/87- ex-Proposição n° 093/87), Aprova Convênio de Cooperação Técnica n°31/87, celebrado em 19.10.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Antonina, figurando o DER como interveniente, objetivando a restauração de pavimento das ruas e avenidas do referido município. Aprovado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Pela Ordem - Senhor Presidente, após a votação da Ordem do Dia, com a permissão de Vossa Excelência, eu gostaria de registrar a presença nesta Casa do ex-Vereador de Londrina, Jorge Scaf, pessoa das mais ilustres junto à comunidade Londrinense, Presidente do Grêmio Literário e Recreativo Londrinense. Jorge Scaf como um Presidente atuante, nos traz o convite que diz o seguinte: "A diretoria do Grêmio Literário e Recreativo Londrinense tem a honra de convidar Vossa

Senhoria para a inauguração de suas novas piscinas e quadras de tênis. A Solenidade será presidida pelo Governador Álvaro Dias, com a presença do Prefeito Wilson Moreira e de inúmeras outras autoridades do Estado e do Município."

O Grêmio Literário é uma entidade bastante expressiva do Paraná, e esta inauguração, Senhor Presidente, será no próximo dia 7 de dezembro, às quatro horas da tarde: inauguração da piscina olímpica, piscina recreativa, piscina infantil, quatro quadras de tênis e dois paredões de tênis. Eu quero, então, Senhor Presidente, louvar o Presidente do Grêmio, Jorge Scaf, sua diretoria e seus funcionários por este grande acontecimento.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência registra com satisfação a presença do Senhor Jorge Scaf, bem lembrada pelo Deputado Antônio Belinati.

Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Chauzzcz, ocorrido no dia 1º de dezembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Eros Rüpel Abdala. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ernesto Chaves, ocorrido no dia 1º de dezembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Zélia Garret do Prado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei nº 077/87, que dá nova redação ao artigo 3º da Lei nº 8.434, de 24 de dezembro de 1986. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei nº 358/87 e 367/87, que declara de Utilidade Pública a Associação Espiritualista Luzes de Aruanda e a Sociedade Força da Natureza. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do

Dia do Projeto de Lei nº 320/87, que declara de Utilidade Pública o Centro Brasileiro dos Servidores Públicos e que se acha em Regime de Urgência. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando a dispensa da Redação Final do Projeto de Lei nº 27/87, que declara a Associação dos Técnicos Agrícolas do Paraná, como entidade de Utilidade Pública. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, a fim de que viabilize a criação do Distrito Judiciário de Mauá da Serra, no Município e Comarca de Marilândia do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, para que viabilize a construção de 150 casas populares, no Distrito de Ventania, no Município de Tibagi, através do Projeto Mutirão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Santa Casa de Misericórdia do Município de Ponta Grossa, pela passagem do 75º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Miguel Nasser Filho, pela sua posse na Presidência da Associação Brasileira das Indústrias de Sabão ABISA. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente do Banco do Brasil S.A., Diretor de Crédito Rural e Superintendente Regional para o Paraná, do referido Banco, para que viabilize o funcionamento de uma Seção externa do Banco, no Município de Barra do Jacaré. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente do Banco do Brasil S.A., Diretor de Crédito Rural e Superintendente Regional para o Paraná do referido Banco, a fim de que viabilize o funcionamento de uma Seção Externa do Banco, no Município de Santa Amélia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a Senhora Jane Maria Leite, Dirigente/87, do Campeonato de Futebol de Pelada. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador, encarecendo que o mesmo interceda junto ao Senhor Ministro dos Transportes, no sentido de que no trecho rodoviário Curitiba-Garuva, BR- 376, Rodovia da Morte, seja proibido o tráfego de caminhões em finais de semana e feriados. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura e Abastecimento, pedindo a implantação de um convênio com o Sindicato Rural, para melhoria do programa de inseminação artificial em bovinos, no Município de Manoel Ribas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo uma extensão da Universidade Estadual de Maringá, para o Município de Astorga. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social encarecendo a doação de uma ambulância para o Município de Manoel Ribas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando voto de congratulações as Senhoras Hermínia Latreille e Diversina Topanoiti, agraciadas como Empresária Destaque e Personalidade Destaque, em promoção realizada pela Câmara Jr. do Município de Dois Vizinhos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a doação de um veículo auto-bomba tanque, e um barco e motor de popa ao Corpo de Bombeiros do Município de Francisco Beltrão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores Presidente da República, Ministro da Agricultura, todos os Senhores Deputados Federais e Senadores do Paraná, encarecendo atendimento das reivindicações tiradas em Assembleia Geral Extraordinária da Associação Municipal de

Suinocultores de Dois Vizinhos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Rondon. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de dois trevos na BR-369, no Município de Jandaia do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando esclarecimentos sobre a situação e trâmite dos processos de indenização da rodovia PR-444, no trecho de Mandaguari-Arapongas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, visando a doação de uma ambulância ao Sindicato Rural do Município de Manoel Ribas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a pavimentação da estrada que liga o Distrito de Bragantina (Município de Assis Chateaubriand) ao Distrito de Vila Nova (Município de Toledo). **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, visando a isenção de ICM sobre o leite nas operações de vendas interestaduais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário dos Transportes e Diretor Geral do DER, encarecendo o calçamento com pedras irregulares em diversos trechos no Município de Itapejara D'Oeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Saúde, encarecendo a instalação de três postos de saúde nas localidades de Ipiranga, Salto Grande e Lajeado Bonito, no Município de Itapejara D'Oeste, bem como em localidades

a serem definidas no Município de São João. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao CEASA, visando a implantação do Projeto Compras Comunitárias nos Municípios de Iporã e Terra Roxa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Fazenda e Presidente da Comissão de Financiamento da Produção, visando reconsideração à intenção de impor o confisco sobre as exportações de soja e algodão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação da Comarca de Borrazópolis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da LBA, encarecendo auxílio financeiro para o Albergue Santa Amélia, no Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da FASPAR, encarecendo auxílio financeiro para o Albergue Santa Amélia, no Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Domingos Scarpellini, inscrito.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Usamos da palavra, nesta tarde, para relatar um fato que nos parece muito prejudicial e nocivo aos agricultores do Município de Palmeira, que foram e estão sendo lesados por uma instituição de crédito que funciona no Paraná.

Nós recebemos aqui, na Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa, a visita e a denúncia do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeira, Senhor Luiz Carlos Opatá, que se faz acompanhar do agricultor Miguel Escaramela e do agricultor João Batista Dídigio, que nos relataram um fato muito estranho. A Paraná Financeira abriu uma filial, um

escritório, que representava os seus interesses em Palmeira e colocou lá como gerente o Senhor Paulo Zeliski, e este, por sua vez, com muita habilidade, foi concedendo empréstimos aos agricultores daquele município. Os agricultores que estavam precisando de dinheiro para saldar seus compromissos, foram emprestando alguns recursos da Paraná Financeira e quando esses empréstimos venceram os agricultores foram lá e pagaram para o gerente da Paraná Financeira e este passou os recibos de "quitado", para os empréstimos contraídos pelos agricultores. Agora, vem a Paraná Financeira e alega que o gerente não repassou para a matriz os recursos pagos pelos agricultores e entra com ações de execução judicial contra esses pequenos produtores daquele Município.

E nós, então, estamos pedindo providências ao Senhor Secretário de Segurança Pública para que abra um inquérito policial, com a designação de um Delegado Especial, para apurar o estelionato cometido pelo representante da Paraná Financeira, bem como para responsabilizar, também a financeira, pois ela não estava autorizada a funcionar naquele município, pois a sua autorização era para Ponta Grossa e ela abriu uma filial clandestina lá em Palmeira, bem como solicitar do Banco Central as providências que se fizerem necessárias para punir aqueles que irresponsavelmente estão lesando os nossos trabalhadores, os nossos agricultores de Palmeira.

A vida já está dura, difícil, já é árdua tendo que pagar a conta uma vez só; imaginem esses pequenos produtores que agora estão sendo ameaçados de perderem a sua égua, a charrete, a carroça, o sítio, o bezerro, o cabrito; de perderem as condições de continuar trabalhando e de continuar vivendo do seu trabalho na agricultura.

Então, é por isso que nós estamos usando da palavra nesta tarde para denunciar este fato lamentável que ocorreu no Paraná.

O Sr. Paulo Furiatti- Concede um aparte?

(Assentimento) Deputado Domingos Scarpellini, é interessante porque o agricultor está sendo lesado de várias formas. A primeira delas quando fez o financiamento pela Paraná Financeira que deve ter cobrado juros do olho da cara. Deve ter explorado aqueles agricultores ao máximo que pôde. Segundo quando eles pagaram; e terceiro, que estão desprotegidos.

Eu entendo que além das medidas e de pedidos de providências é necessário que a Paraná Financeira seja punida e os próprios agricultores apliquem a desobediência.

cia civil neste caso, não paguem nada e nós teremos que, inclusive, nos mobilizar politicamente para ir até Palmeira para dar suporte político, porque a legislação brasileira é feita naturalmente e sempre foi feita para atender os explorados. Ela não dá nenhuma garantia aos explorados e os explorados só terão um caminho: é a vitória desta questão sob a mobilização política e da denúncia. O Paraná Financeira precisa ser denunciada e desmoralizada, porque o que fez com esses agricultores é algo assim que nos deixa perplexos, porque esses agricultores estão sozinhos.

Portanto, fica aqui o nosso apelo, como membro titular da Comissão de Agricultura e se for o caso nós, nos mobilizamos até a cidade de Palmeira e façamos uma reunião pública lá, no sentido de pregar até a desobediência civil, no sentido de não pagarem duas vezes a dívida.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Perfeitamente. Eu agradeço o aparte de colaboração que muito veio ilustrar a nossa posição e ajudar, inclusive, para dar apoio moral a esses agricultores que estão neste momento nesta Casa, que estão realmente desamparados. Estão aí com um recibo dado pelo escritório da Paraná Financeira assinado pelo representante da Paraná Financeira. No entanto, a Paraná Financeira não reconhece esse documento como um documento hábil para a quitação dos seus débitos junto àquela instituição financeira.

Nós lamentamos profundamente que as grandes instituições que deveriam estar procurando de fazer uma reforma nas suas programações para atender aos programas sociais numa melhor redistribuição do seu capital e da sua grande riqueza concentrada, ainda está preocupada em tirar o pouco que os pequenos ainda possuem, quando eles deveriam estar fazendo e ajudando a incrementar as reformas sociais neste País, ainda estão querendo lesar os pequenos produtores que, com muita dificuldade, conseguem sobreviver no campo do Estado do Paraná e por todo o território nacional. Então, fica registrado aqui a nossa preocupação e agradecemos o apoio dos Deputados que participando da Comissão de Agricultura ou no Plenário ou no Comitê de Imprensa deram a solidariedade a estes agricultores, porque este Poder é valorizado no momento em que os agricultores, que os sem-terra, que todos aqueles que têm problemas vêm para cá para aqui discutir, porque aí neste momento nós começamos a entender realmente de que aqueles que estão lá fora ainda acreditam no Poder Legislativo como porta-voz dos anseios e das aspirações populares.

E nós lamentamos profundamente que um

Deputado, inclusive do Partido da Frente Liberal foi lá à Região de Cascavel, a um rádio dizer que tem Cz\$ 1 milhão e 500 mil cruzados de verba para receber como "cala boca" de Natal, que tem mais Cz\$ 600 mil cruzados de salário. Eu gostaria de dizer que este Deputado então é um privilegiado, é o único que deve ter esse Cz\$ 1 milhão e 600 mil cruzados de salário, porque nós não temos conhecimento desses privilégios e desses salários absurdos que ele diz receber. É uma demagogia pura de um Parlamentar desses, deveria se abrir aqui uma Comissão de Ética da Assembléia, para inclusive cassar o mandato de quem sai por aí desmoralizando o Poder Legislativo e desmoralizando a nossa Assembléia Legislativa do Paraná.

Eu agradeço, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Sr. José Afonso Júnior - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Domingos Scarpellini, eu sei que um aparte se faz sentado, mas dada a envergadura do grande tribuna que usa desta tribuna, Deputado e em vista de que há poucos dias assistíamos o brilhante pronunciamento que Vossa Excelência fazia em rede estadual de televisão, levanto-me.

Quanto a este fato que Vossa Excelência traz neste momento, nós queremos aqui deixar bem claro de uma vez por todas que nós não estamos mais suportando ser vilipendiados todos os dias. Nós não devemos e nós queremos de uma vez por todas esclarecer esse fato de que ganhamos Cz\$ 450, ganhamos Cz\$ 600 mil cruzados. Nós queremos deixar bem claro que antes de sermos Parlamentares, muitos dos Parlamentares aqui são pecuaristas, são profissionais liberais e que já trazem das suas raízes alguns bens que lhe propiciem, que fazem com que eles possam fazer frente às despesas que muitas vezes os nossos ordenados não cobrem.

Quero deixar ainda bem claro que nós, por força regimental, temos que andar de terno aqui em Plenário, e quem sabe isso deixa alguém incomodado, porque você de terno fica mais elegante. Então, parece que está sobrando dinheiro, agora vai ver no "Magazine Avenida" quanto que custa cada terno e quanto que nós estamos devendo lá.

De maneira que eu acho um absurdo essas colocações de que o Deputado ganha Cz\$ 1 milhão, que o Deputado ganha Cz\$ 600 mil cruzados. O Deputado, como já disse a 1. Secretária, através do sério Deputado Anibal Khury, através do sério Presidente desta Casa, Antônio Annibelli, ganha Cz\$ 238 mil cruzados atualmente. De maneira que nós não podemos permitir que esse es-

tado de coisas continue a fazer com que o povo tenha uma imagem negativa, enfraquecendo o maior termômetro da democracia, que é o Poder Legislativo. E ainda digo mais: Poder Legislativo composto de homens sérios, de homens de caráter, de homens cristãos, e que estão aqui trabalhando diuturnamente pelo bem do Paraná e pelo bem da sua gente.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Eu agradeço a

Vossa Excelência pela contribuição que nos dá. Mas eu gostaria de dizer aos que aqui se fazem presentes e àqueles que estão nos ouvindo: dizer que o Deputado ganha Cz\$ 200, 250 mil cruzados é muito fácil. Agora quando se abrem as portas do gabinete para atender àqueles que vêm do Interior, àqueles que vêm em busca de soluções, as despesas com transportes, com ambulância, as despesas na área de assistência social que o Deputado pratica e é obrigado a praticar porque é o costume que foi implantado ao longo dos anos e que nós não podemos deixar de fazer, vamos ter que abandonar gradativamente esse assistencialismo, porque se fizermos repentinamente uma ruptura, esta não será entendida pela sociedade, pelo povo que nos procura sistematicamente.

Nós temos, então, as nossas obrigações, os nossos deveres para com os nossos eleitores e para com aquele que aqui vêm. E, como disse-me uma vez o Deputado Domício Scaramella, o dinheiro da Assembléia Legislativa é o dinheiro mais amaldiçoado que tem; ele entra pelo bolso direito e sai pelo bolso esquerdo. E é verdade. Os Parlamentares que aqui estão, apesar das críticas que muitos fazem neste Poder aos Deputados, a maioria irá passar o final do ano com a conta vermelha nos bancos. Não por investimentos que fez por compras de objetos ou de móveis, mas pelas dificuldades que o povo tem e vem bater a nossa porta diuturnamente, pedindo passagens, bolsas de estudos, pernas mecânicas, gasolina, ambulância, enfim, o Deputado passa a ser aqui um empregado de luxo da Secretaria de Trabalho e Assistência Social do Paraná. O Deputado passa a ser aqui o porta-voz do prefeito, ele é aqui o paradoro e desaguardouro de tudo que não têm condições de ser resolvido nos Municípios e nos outros poderes.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós que já exercemos outros mandatos nesta Assembléia; fui eleito Deputado em 1974 e reeleito em 1978 e volto para cá agora novamente e digo aos Senhores que aqui estou, que não fiz fortuna, não concentrei riquezas, vivo uma vida modesta, criando os meus três filhos e atendendo aos apelos e às necessidades dos

meus eleitores e trabalhadores que me procuram em prol de soluções para os seus problemas, para a área dos sem-terra, dos sem-teto, enfim, de todos aqueles que se dirigem para uma solução a mais que temos procurado encaminhar a todos aqueles que vêm bater a nossa porta.

Eu concedo aparte ao Deputado Lindolfo Júnior.

O Sr. Lindolfo Júnior - Obrigado, Excelência. Vossa Excelência tem toda razão. E consuetudinariamente todos nós, como Vossa Excelência bem disse, criamos o hábito o costume de fazer assistencialismo nos Legislativos.

O nobre Deputado José Afonso Júnior foi muito feliz nos seu aparte. E quando falava, eu até acrescentaria ao pronunciamento de Vossa Excelência, o aparte do nobre Deputado José Afonso Júnior. Vossa Excelência falava em postura com altivez, Deputado José Afonso, e não se curvou. Nós não podemos nos curvar, Deputado Scarpellini, diante de tais agressões que se fazem ao Legislativo.

Acompanhei por uma emissora de televisão o debate do qual Vossa Excelência participou e gostaria de parabenizá-lo pela brilhante defesa deste Parlamento.

Todos nós temos o livre arbítrio e temos a nossa responsabilidade.

Esta Casa é uma Casa transparente! Nós, que fazemos parte da 2.^a Secretaria da Mesa Executiva desta Assembléia, sabemos que as dificuldades são enormes e que temos uma responsabilidade muito grande. E, quando se vai a uma emissora do interior pensando, achando, que este Parlamento que é a caixa de ressonância do Estado do Paraná, não tomará conhecimento de tais denúncias levianas, chegamos à conclusão de que infelizmente muitos vêm para cá para se servirem e não para servir à população do Estado do Paraná.

Parabenizo Vossa Excelência pelo brilhante pronunciamento, defendendo pequenos proprietários que, como bem lembrou Vossa Excelência, Deputado Scarpellini, ainda têm um pedaço de chão, e estão à mercê de perderem a pequena propriedade e, conseqüentemente, de trazer para a nossa mesa, para a mesa do trabalhador brasileiro, mais alimentos. E parabenizo também Vossa Excelência pela propriedade com que Vossa Excelência se coloca contra o crime de usura cometido por muitas instituições bancárias contra o trabalhador brasileiro.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Agradeço o aparte que veio contribuir ainda mais para as posições que nós estamos, aqui na tribuna, hoje defendendo, e digo, Senhor Presidente e aos Senhores Deputados, que ouvimos muitas críticas ao Poder Legisla-

tivo, porque existe realmente um interesse muito grande em se manter o Poder Legislativo afastado do povo e desmoralizado.

— Existe um interesse em desmoralizar a classe política porque ela é ainda, com todos os desgastes que tem, o porta-voz do povo brasileiro.

Nunca se disse que um General tem um alto salário, que se ele falecer vai ter aposentadoria para a sua mulher, seus filhos e os descendentes. Nunca se perguntou quanto ganha o diretor de uma multinacional, porque este dinheiro também é tirado das costas do trabalhador brasileiro.

Nunca se disse quanto ganha o Presidente do Tribunal, ou os Desembargadores, ou o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Mas, falar dos Deputados fica fácil, porque é democrático e os Deputados devem receber críticas. Concorde que os Deputados devem ser criticados, mas sobre os atos que realmente fizeram, ou deixaram de fazer, quando não atenderam a população e quando não atenderam ao povo que representam nesta Casa de Leis.

É muito fácil tentar desmoralizar a Assembléia Nacional Constituinte, dizer que ela não está fazendo nada, para desmoralizar as leis e a democracia que está começando a nascer no Brasil. Desmoralizar para quê? Para dar espaço para que tenhamos novamente a volta de uma ditadura que sempre veio para defender os interesses das multinacionais e dos grandes capitalistas. E nós, os Deputados aqui deste Parlamento, e da Assembléia Nacional Constituinte, estamos para defender o Brasil contra estes agressores que praticam a pirataria internacional, roubando e lesando os povos em todos os cantos do mundo.

Portanto, este Parlamento, como todos os Paramentos abertos, custa caro. Mas como disse o ex-Deputado Carazzai, muitos pagariam o dobro para vê-lo fechado. É importante que nós, nesta oportunidade, ao falarmos a esta Assembléia, voltemos à época da ditadura, quando os Deputados se viam impedidos de falar, de defender os interesses de sua população, quando não podiam falar contra aqueles que estavam oprimindo o povo, massacrando os trabalhadores brasileiros. E se temos hoje 80% do povo massacrado, sem ter condições inclusive de se alimentar condignamente, é porque tivemos 23 anos de silêncio neste País, onde só falou a voz da ditadura, a voz da baioneta, a voz da metralhadora, que oprimia o povo e as vozes que representavam o povo nos Paramentos.

Se hoje estamos começando a viver uma nova vida, uma vida democrática, onde tudo está sendo discutido, é porque os Paramentos estão abertos e é porque o povo está tendo condições de participar das dis-

cussões nacionais.

Agradeço Senhor Presidente, Senhores Deputados, a atenção que nos foi dada e peço aos Deputados para que em conjunto possamos responder as acusações que este Parlamento e os Paramentos brasileiros vêm sofrendo por interesses estranhos aos interesses nacionais.

Nós precisamos responder nas tribunas, nas ações, no trabalho, na dedicação diuturna ao nosso trabalho, digo, mandato, àqueles que nos acusam na calada da noite e do outro lado do mar, querendo inclusive, derrubar a nossa democracia que está começando a nascer.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária, para quinta-feira, dia 03, às dez horas, com a seguinte

ORDEN DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei ns. 350/87 e 352/87.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 08/87, 188/87, 317/87, 319/87, 331/87, 347/87, 348/87 e 349/87 e dos Projetos de Resolução ns. 01/87, 84/87 e 85/87.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 102/87 320/87, 366/87, 370/87 e do Projeto de Resolução n. 94/87.

Lembra ainda, uma Sessão Solene, às 15:00 horas, para entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Leonel de Moura Brizola.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

11.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 21.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de novembro de um mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça sob a presidência do Senhor Deputado Djalma de Almeida César mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Artagão de Mattos Leão, Erondy Silvério, Nereu Carlos Massignan, Valderi Vilela, Gernote Kirinus, Cândido Bastos, David Cheriegate, Edmar Luiz Costa, Hermas Brandão, Acir Mezzadri e Basílio Zanusso. Havendo número legal, Senhor Presidente deu início aos trabalhos, com a seguinte ordem do Dia: 01) Proposição n. 074/87, oriunda do Poder

Executivo, Mensagem n. 80/87. Relator: Deputado Acir Mezzadri. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Projeto de Resolução. 02) Proposição n. 78/87, oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 91/87. Relator: Deputado Artagão Mattos Leão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Projeto de Resolução. 03) Proposição n. 82/87, oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 100/87. Relator: Deputado David Cheriegate. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Projeto de Resolução. 04) Proposição n. 83/87, oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 103/87. Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer: FAVORÁVEL. APROVADO com Projeto de Resolução. 05) Proposição n. 84/87, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relator: Deputado Erondy Silvério, o qual deu parecer FAVORÁVEL, oralmente. APROVADO. 06) Projeto de Resolução n. 59/87. Relator: Deputado Nereu Massignan. O Deputado Erondy Silvério solicita Vista. DEFERIDO. 07) Projeto de Lei n. 117/83, de autoria do Deputado Nelson Vasconcellos. Relator Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL APROVADO. 08) Projeto de Lei n. 81/85, de autoria do Deputado Erondy Silvério. Relator: Deputado Nereu Massignan. O Senhor Deputado Valderi Vilela solicita Vista. DEFERIDO. 09) Projeto de Lei n. 236/86, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi. Relator: Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 10) Projeto de Lei n. 003/87, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa. Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 11) Projeto de Lei n. 089/87, de autoria do Deputado Rafael Graça de Macedo e outros. Relator: Deputado Acir Mezzadri. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 12) Projeto de Lei n. 111/87, de autoria do Deputado Pedro Tonelli. Relator: Deputado Acir Mezzadri, requer seja transformado em diligência junto à Secretaria de Estado da Comunicação Social. DEFERIDO. 13) Projeto de Lei n. 117/87, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Relator: Deputado Acir Mezzadri. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 14) Projeto de Lei n. 143/87, de autoria do deputado Edmar Luiz Costa. Relator: Deputado Acir Mezzadri, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 15) Projeto de Lei n. 155/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos. Relator: Deputado Acir Mezzadri. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 16) Projeto de Lei n. 181/87, de autoria do Deputado Antônio Martins Annibelli. Relator: Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Voto Contrário do Deputado Erondy Silvério. 17) Projeto de Lei n. 200/87, de autoria do Deputado José Alves. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer CONTRÁRIO. REJEITADO com VOTO EM

SEPARADO do Deputado Valderi Vilela e voto Contrário do Deputado David Cheriegate. 18) Projeto de Lei n. 203/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos. Relator: Deputado Acir Mezzadri. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 19) Projeto de Lei n. 204/87, de autoria do deputado Nilton Barbosa. Relator: Deputado Nereu Massignan. O Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela solicita Vista. DEFERIDO. 20) Projeto de Lei n. 207/87, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Relator: Deputado Erondy Silvério. O Senhor Deputado Nereu Massignan solicita Vista. DEFERIDO. 21) Projeto de Lei n. 209/87, de autoria do Deputado Gernote Kirinus. Relator: Deputado Acir Mezzadri. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 22) Projeto de Lei n. 209/87, de autoria do Deputado Gernote Kirinus. Relator: Deputado Acir Mezzadri. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 23) Projeto de Lei n. 215/87, de autoria do Deputado Valderi Vilela. Relator: Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 24) Projeto de Lei n. 216/87, de autoria do Deputado Paulo Furiatti. Relator: Deputado Acir Mezzadri. O Senhor Deputado Artagão Mattos Leão solicita Vista. DEFERIDO. 25) Projeto de Lei n. 238/87, de autoria do Deputado Antonio Annibelli. Relator: Deputado Acir Mezzadri. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 26) Projeto de Lei n. 254/87, oriundo do Poder Executivo, Mensagem n. 95/87. Relator: Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 27) Projeto de Lei n. 255/87, de autoria do Deputado Raul Lopes. Relator: Deputado Acir Mezzadri. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 28) Projeto de Lei n. 259/87, de autoria do Deputado Nestor Baptista. Relator Deputado Acir Mezzadri, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 29) Projeto de Lei n. 271/87, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. O Senhor Deputado Valderi Vilela solicita Vista. DEFERIDO. 30) Projeto de Lei n. 272/87, de autoria do Deputado Kielse Crisóstomo. Relator: Deputado Cândido Bastos. O Senhor Deputado Artagão Mattos Leão solicita Vista. DEFERIDO. 31) Projeto de Lei n. 273/87, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator: Deputado Artagão Mattos Leão, requer seja transformado em diligência junto a Secretaria de Estado da Educação. DEFERIDO. 32) Projeto de Lei n. 275/87, de autoria do Deputado Lauro Alcântara. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 33) Projeto de Lei n. 277/87, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi. Relator: Deputado Nereu Massignan. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 34) Projeto de Lei n. 278/87, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi. Relator: Deputado Hermas Bran-

dão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 35) Projeto de Lei nº 279/87, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Relator: Deputado Valderi Vilela, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 36) Projeto de Lei nº 281/87, de autoria do Deputado Artagão de Mattos Leão. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 37) Projeto de Lei nº 283/87, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 38) Projeto de Lei nº 286/87, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator: Deputado Erondy Silvério, requer que o projeto seja retido nesta Comissão até completar um ano de personalidade jurídica. DEFERIDO. 39) Projeto de Lei nº 288/87. Relator: Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 40) Projeto de Lei nº 290/87. Relator: Deputado Valderi Vilela, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 41) Projeto de Lei nº 291/87, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator: Deputado Valderi Vilela. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 42) Projeto de Lei nº 292/87, de autoria do Deputado Paulo Furiatti. Relator: Deputado Acyr Mezzadri. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 43) PROJETO DE LEI Nº 293/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos. Relator Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 44) Projeto de Lei nº 295/87, de autoria do Deputado Pedro Tonelli. Relator Deputado Hermas Brandão, requer seja o projeto retido nesta Comissão até a entidade completar 1 ano de personalidade jurídica. DEFERIDO. 45) Projeto de Lei nº 296/87, de autoria do Deputado Nestor Baptista. Relator Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 46) Projeto de Lei nº 297/87, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Artagão Mattos Leão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com voto contrário do Deputado Erondy Silvério. 47) Projeto de Lei nº 301/87, de autoria da Deputada Amélia Hruschka. Relator: Deputado Artagão Mattos Leão. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 48) Projeto de Lei nº 302/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos. Relator: Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 49) Projeto de Lei nº 303/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos. Relator: Deputado David Cheriegate. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 50) Projeto de Lei nº 304/87, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator: Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. O Senhor Presidente solicito que seja registrada a presença do Senhor Deputado Antonio Martins Annibelli, Presidente desta Casa, na reunião da Comissão. Nada mais

havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Everlei Terezinha Cleto Chaves, Secretária da Comissão.

(aa) Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES
Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DO ESPORTE PARANAENSE
1.ª SESSÃO LEGISLATIVA - 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de novembro de um mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões, sob a presidência do Senhor Deputado Raul Victor Lopes a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de corrupção no Esporte Paranaense com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Djalma de Almeida César, Algaci Túlio, Lauro Alcântara e Antônio Costenaro Neto. Compareceu também a reunião o Senhor Doutor Alberto Carazai Neto Procurador dessa Casa de Leis, designado para assessorar juridicamente essa Comissão. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos passando a palavra ao Senhor Doutor Alberto Carazai Neto que após analisar o expediente recebido do Banco do Estado do Paraná, em resposta ao ofício nº 02/87 expedido por essa Comissão, sugeriu que fosse intimado o Sr. Dr. Fausto P. de Lacerda Filho, gerente do Departamento Jurídico do Banco acima citado, para prestar depoimento junto a essa Comissão. Votada e aprovada a intimação deste, o Doutor Alberto Carazai Neto discorreu sobre alguns aspectos legais e formais que envolvem uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Em seguida foi votada e aprovada a proposta de intimação do Senhor Doutor Luiz Gonzaga da Motta Ribeiro, ex-presidente da Federação Paranaense de Futebol para prestar depoimento junto a essa Comissão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros presentes à reunião e por mim, Alan Marcos Andrade, secretário da Comissão.

Sala das Comissões, em 18.11.87.

(a) Deputado RAUL VICTOR LOPES
Presidente da Comissão
ALAN MARCOS ANDRADE
Secretário